



**INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE
ECONOMIA, SOCIEDADE E POLÍTICA
(ILAESP)**

**CIÊNCIAS ECONÔMICAS – ECONOMIA,
INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO**

**GOVERNO LULA:
RUPTURA OU CONTINUIDADE?**

GIONEI GAIO

Foz do Iguaçu
2014



**INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE
ECONOMIA, SOCIEDADE E POLÍTICA
(ILAESP)**

**CIÊNCIAS ECONÔMICAS – ECONOMIA,
INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO**

**GOVERNO LULA:
RUPTURA OU CONTINUIDADE?**

GIONEI GAIO

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Latino-Americano de Economia, Sociedade e Política da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas: Economia, Integração e Desenvolvimento.

Orientador: Prof. Assistente mestre Fernando Correa Prado

Foz do Iguaçu
2014

GIONEI GAIO

**GOVERNO LULA:
RUPTURA OU CONTINUIDADE?**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Latino-Americano de Economia, Sociedade e Política da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas – Economia, Integração e Desenvolvimento.

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Prof. Assistente mestre Fernando Correa Prado
UNILA

Prof. Adjunto doutor Wolney Roberto Carvalho
UNILA

Prof. Adjunto doutor Félix Pablo Friggeri
UNILA

Foz do Iguaçu, 19 de Dezembro de 2014.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a minha família, sem a qual muito dificilmente este trabalho seria possível, pois, afinal de contas, são eles os maiores entusiastas e incentivadores deste trabalho.

Agradeço também a minha futura esposa Glenda, pela paciência, carinho, amor, e por aturar as luzes acesas nas noites em claro. Agradeço a Deus duplamente, por me dar forças e condições de realizar este trabalho, e por botar mulher tão maravilhosa em minha vida.

Devo estender meu muito obrigado também aos professores desta universidade, que todos os dias batalham pela manutenção do “projeto UNILA”, em especial para: Fernando Correa Prado, que tão pacientemente orientou este trabalho, contribuindo grandissimamente, através de nossos debates, para o desenvolvimento das ideias aqui contidas; Wolney Roberto Carvalho, que há muito acompanha meu crescer intelectual e tem uma contribuição gigantesca neste processo e; Félix Pablo Friggeri, que de tão bom grado abriu mão de parte de suas férias para fazer parte da banca avaliadora deste trabalho.

Gostaria também de agradecer aos colegas estudantes da UNILA, que como eu, sabem as dificuldades que esta universidade nos impôs, principalmente a alguns mais próximos, como Samuel Barreto Siqueira, Ademir Wille da Cruz, Gustavo Bodaneze, Jeverson Perrez, Géssyca Fernanda da Silva, Daniela Miranda e Jheniffer Fermino. Minhas sinceras desculpas no caso de alguma omissão, mas enfim, agradeço a todos que de alguma maneira, por menor que seja, têm parte neste trabalho.

GAIO, Gionei. **Governo Lula: Ruptura ou Continuidade?** Trabalho de Conclusão de Curso em Ciências Econômicas – Economia, Integração e Desenvolvimento – Universidade Federal da Integração Latino Americana, Foz do Iguaçu, 2014.

RESUMO

Quando o presidente Luiz Inácio Lula da Silva assume o poder, em 2003, muitos esperavam um grande rompimento com as políticas neoliberais. Porém, para a decepção dos mais heterodoxos, o que se verificou na realidade foram muitos pontos de continuidade, principalmente em termos de política econômica. Este quadro muda a partir de 2006, quando a melhora dos índices macroeconômicos estimula um intenso debate sobre o posicionamento teórico-ideológico da base governista. Alguns autores acreditam que há uma inflexão na política econômica, estes dão mais destaque às rupturas e atribuem maior peso às condições internas para explicar a melhora do desempenho econômico. Outros não acreditam em tal mudança, dão mais ênfase às continuidades e atribuem a melhora nos indicadores macroeconômicos à favorável conjuntura externa. Buscando-se compreender qual foi, na verdade, a inspiração por trás do comportamento político no segundo mandato do presidente Lula, faz-se necessário um melhor entendimento sobre as principais vertentes que se postulam como proponentes de política neste período histórico, a saber: neoliberalismo; social-liberalismo; novo-desenvolvimentismo e; social-desenvolvimentismo, de maneira a verificar o que cada uma delas prega como boa política, para que, na posterior análise do comportamento do governo Lula em termos econômicos, se possa verificar qual delas foi mais influente. Assim pode perceber-se que dentre todas as correntes estudadas existem muitas semelhanças, e que houve sim um afastamento das políticas neoliberais, porém não de forma completa, até por que, mesmo nas vertentes ideológicas que se propõem como alternativa ao neoliberalismo, existe uma raiz neoliberal.

PALAVRAS-CHAVE: neoliberalismo; social-liberalismo; novo-desenvolvimentismo; social-desenvolvimentismo; política econômica.

GAIO, Gionei. **Gobierno Lula: Ruptura o Continuidad?** Trabajo de Conclusión de Curso en Ciencias Económicas – Economía, Integración y Desarrollo – Universidad Federal de la Integración Latino Americana, Foz do Iguaçu, 2014.

RESUMEN

Cuando el presidente Luiz Inácio Lula da Silva asume el poder, en 2003, muchos esperaban un gran rompimiento con las políticas neoliberales. Pero, para la decepción de los más heterodoxos, que se verificó en la realidad fueron muchos puntos de continuidad, principalmente en términos de política económica. Este cuadro cambia a partir de 2006, cuando la mejora de los índices macro-económicos estimula un intenso debate sobre el posicionamiento teórico-ideológico de la base del gobierno. Algunos autores creen que hay una inflexión en la política económica, estos dan más destaque a las rupturas y atribuyen mayor peso a las condiciones internas para explicar la mejora del desempeño económico. Otros no creen en tal cambio, dan más énfasis a las continuidades y atribuyen la mejora en los indicadores macro-económicos a la mejor coyuntura externa. Buscando-se comprender cual fue, en la verdad, la inspiración por detrás del comportamiento político en el segundo mandato del presidente Lula, se hace necesario un mejor entendimiento sobre las principales vertientes que se postulan como proponentes de política, a saber: neoliberalismo; social-liberalismo; nuevo-desarrollismo; y; social-desarrollismo, de manera a verificar que cada una de ellas comprende como buena política, para que, en la posterior análisis del comportamiento de gobierno Lula en terminos económicos, pueda-se verificar cual de ellas fue más influyente. Así se puede ver que entre todas las corrientes estudiadas existen muchas semejanzas, y que hubo sí un alejamiento de las políticas neoliberales, pero no de forma completa, hasta por que, mismo las vertientes ideológicas que se proponen como alternativa al neoliberalismo existe una raíz neoliberal.

PALABRAS-CLAVE: neoliberalismo; social-liberalismo; nuevo-desarrollismo; social-desarrollismo; política económica.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Taxa de câmbio efetiva real, 2005=100.....	60
Gráfico 2: Taxa de desemprego em regiões metropolitanas.....	60
Gráfico 3: Salário mínimo real no mês do reajuste.....	61
Gráfico 4: Balanço de pagamento brasileiro em milhões de Dólares.....	61
Gráfico 5: Formação bruta de capital fixo como porcentagem do PIB.....	62
Gráfico 6: Taxa de juros over/SELIC.....	62
Gráfico 7: Índice dos termos de troca, 2006=100.....	69
Gráfico 8: Volume de reservas internacionais em milhões de Dólares.....	69
Gráfico 9: Resultado primário do setor público em porcentagem do PIB.....	70
Gráfico 10: Investimento público como proporção do PIB.....	71
Gráfico 11: Dívida total do setor público líquida.....	71

SUMÁRIO

RESUMO.....	3
RESUMEN.....	4
LISTA DE GRÁFICOS.....	5
INTRODUÇÃO.....	7
CAPÍTULO 1 – A CONTROVÉRSIA SOBRE O SEGUNDO MANDATO DO PRESIDENTE LULA.....	9
CAPÍTULO 2 – AS PRINCIPAIS CORRENTES IDEOLÓGICAS QUE SE POSTULAM COMO INSPIRADORAS DE POLÍTICA.....	18
2.1 O NEOLIBERALISMO.....	18
2.2 SOCIAL-LIBERALISMO.....	27
2.3 NOVO-DESENVOLVIMENTISMO.....	39
2.4 SOCIAL-DESENVOLVIMENTISMO.....	48
CAPÍTULO 3 – AS POLÍTICAS ECONÔMICAS DO GOVERNO LULA.....	55
CONCLUSÕES.....	82
REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS	84

INTRODUÇÃO

A crise da dívida dos anos 1980 marcou o fim do período que a literatura hegemônica convencionava chamar de desenvolvimentista. Depois disto, a agenda de políticas neoliberais, sistematizadas no chamado Consenso de Washington, ganhou muita força na América Latina, se apresentando como saída única para a crise por praticamente 20 anos. No caso brasileiro, apesar de se ter conseguido êxito no combate à inflação, o custo social foi muito elevado. O caminho escolhido, de altíssimas taxas de juros e massiva entrada de poupança externa, levou a déficits fiscais e em balanço de pagamentos muito pesados, culminando nas mais altas taxas de desemprego que o país já viu. Este era o panorama quando assume o governo Luiz Inácio Lula da Silva, em 2003. Porém, ao contrário do que esperavam os partidários das correntes ideológicas mais a esquerda, há uma grande continuidade em termos de política econômica em seu mandato, decepcionando muitos dos heterodoxos neste então.

Contudo, a partir de 2006 o quadro muda. A melhora dos indicadores macroeconômicos estimula um intenso debate sobre qual seria o posicionamento ideológico do governo. Alguns autores acreditam que há uma mudança na visão do comitê de política econômica; estes, destacando mais as rupturas e atribuindo os bons resultados mais a fatores internos que externos, enquadram o governo como desenvolvimentista, novo-desenvolvimentista, social-desenvolvimentista, social-democrata, etc. Outros não vêem tal mudança, dão mais ênfase às continuidades e enxergam na melhora das condições externas o verdadeiro motivo para o melhor desempenho econômico do governo; estes o caracterizam como social-liberal, liberal-perférico, nacional-desenvolvimentista às avessas, etc. Este debate é mais profundamente estudado no capítulo 1.

Buscando compreender qual foi, na verdade, a corrente de pensamento que mais influenciou a política no período em que governou Lula, faz-se necessário um melhor conhecimento sobre as principais ideologias que se postularam como fonte

inspiradora do comportamento governamental, a saber: neoliberalismo; social-liberalismo; novo-desenvolvimentismo; e social desenvolvimentismo. O primeiro pode ser compreendido como fase do capitalismo ou como receituário de política econômica, e, vendo-se da segunda forma, tem, como dito, uma boa sistematização no Consenso de Washington. O segundo ganhou força a partir das crises dos anos 90, e se trata de uma crítica interna e suave ao neoliberalismo, a quem pretendia dar uma face mais humana. O terceiro, também uma resposta às crises dos anos 90, se trata de uma corrente tipicamente brasileira, que começou a ter mais solidez nos anos 2000; esta vertente, declarando ter raízes cepalinas, também busca se postular como uma alternativa tanto ao neoliberalismo como ao “populismo”. A quarta, por sua vez, se trata de uma formulação mais recente, ainda com um corpo teórico mais difuso e com menos espaço na academia, procura se colocar como a alternativa desenvolvimentista para os países latino-americanos. Estas análises são tema do capítulo 2.

Posteriormente faz-se necessário um estudo mais profundo das políticas praticadas no período em que Lula foi presidente, para assim verificar qual a maior influência teórica sobre o governo. Deste modo, procura-se acompanhar o comportamento de diversas variáveis chave, tal como a taxa de câmbio, a taxa de juros, a taxa de desemprego, etc., bem como a conduta da política no desenrolar das conjunturas. Esta discussão se encontra no capítulo 3.

Nas conclusões, por sua vez, apresentam-se os resultados obtidos, mostrando-se a necessidade de romper com o centrismo da política. Argumenta-se que o debate se dá principalmente devido ao caráter disléxico do conjunto de políticas, que por vezes são até mesmo contraditórias, e também pelo fato de todas as correntes que se postulam como alternativa ao neoliberalismo têm, na verdade, uma raiz comum neoliberal, tornando-se assim bastante parecidas entre si, ocupando o centro do debate político e tomando espaço de propostas de radicalização à esquerda do argumento desenvolvimentista.

CAPÍTULO 1 – A CONTROVÉRSIA SOBRE O SEGUNDO MANDATO DO PRESIDENTE LULA

Após a crise da dívida externa nos anos 80, que marcou o fim do período considerado pela literatura hegemônica como desenvolvimentista, a agenda de políticas neoliberais, resumidas de maneira representativa no chamado consenso de Washington, ganhou muita força em praticamente toda a América Latina. Estas políticas estavam em muito influenciadas pelo ideário que emanava dos países centrais, e durante praticamente vinte anos foram apresentadas como saída única para a crise. Elas eram embasadas politicamente por boa parte das elites, e até mesmo da sociedade civil, dado o enfraquecimento da esquerda, ocasionado pela queda do socialismo real, pela crise do modelo desenvolvimentista e pela crescente crítica ao Estado, então predominante na região, no bojo do ciclo de ditaduras militares ligadas a doutrina de contra-insurgência. No programa neoliberal se encontravam não só a liberalização comercial, mas também a diminuição do tamanho do Estado, por meio das privatizações, e a liberalização do mercado de capitais. Estas medidas deveriam servir como saída da crise, levando a economia a níveis de crescimento equilibrado superiores aos verificados nos difíceis anos oitenta.

No caso do Brasil, apesar destas políticas conseguirem êxito no controle da inflação, seu custo social foi muito grande. O caminho escolhido, de altíssimas taxas de juros e investimentos baseados em poupança externa, culminaram em um quadro de pesados déficits fiscais e no balanço de pagamentos, que se espelharam nas mais altas taxas de desemprego que o país já viu.(MATTEI, 2011).

Este era o quadro quando assumiu o governo, no ano de 2003, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Porém para a surpresa de muitos economistas não partidários da ortodoxia, durante os primeiros anos de mandato a política econômica mostrou poucas mudanças. O tripé macroeconômico continuou vigente, com as metas de inflação, câmbio flutuante, e superavit primário. Cargos chave no Ministério da Fazenda passaram a ser ocupados por economistas advindos de centros

reconhecidamente conservadores, o Banco Central continuou a ser gerido por economistas ortodoxos ou profissionais do sistema financeiro. Tal continuidade recebeu muitas críticas, principalmente por economistas ditos heterodoxos, muitas vezes representando o rompimento político-ideológico com o governo (MORAIS e SAAD-FILHO, 2011).

Contudo o quadro a partir de 2006 muda. A melhora das condições macroeconômicas do Brasil durante todo o segundo mandato do Presidente Lula instiga o debate acerca das causas de tais fenômenos, e neste ponto - como em muitos outros - a literatura é pouco consensual.

Autores como Barbosa e Sousa (2009) defendem que há a partir de 2006 uma inflexão em termos de política econômica. Os autores argumentam que durante os três primeiros anos de governo petista houve predominância, no comitê de política econômica, de uma visão neoliberal, contudo, devido ao fraco desempenho econômico e da queda de influência do FMI, já que com o acúmulo de divisas internacionais a dívida do país com o organismo multilateral foi quitada, esta vertente perdeu força. A partir daí uma visão “desenvolvimentista” teria assumido uma predominância, e as políticas fiscal e monetária de aumento de demanda agregada passaram a ser melhor vistas, assim como as políticas de diminuição das desigualdades sociais. Assim sendo, o período que vai de 2006 à 2008 seria marcado pela “construção de um novo modelo de desenvolvimento”, onde haveria uma tentativa deliberada do Estado, que teria papel fundamental de alavancar a formação de capital privado e de elevar os gastos estatais com infraestrutura. Deste modo os bons resultados, segundo os autores, seriam fruto da mudança de política econômica

Em uma linha parecida, Moraes e Saad-Filho (2011), inclusive em parte baseados no estudo de Barbosa e Sousa (2010), defendem que houve sim uma inflexão na política econômica a partir de 2006, e estas foram determinantes para os melhores resultados no período de análise. Contudo, as políticas não eram influenciadas pelo “desenvolvimentismo”, mas sim pelo “novo-desenvolvimentismo”. Além disto, o Estado não teria se tornado propriamente adepto a esta corrente, mas sim se metamorfoseado em uma forma “híbrida” entre neoliberal e novo-desenvolvimentista,

Segundo o autor, várias das propostas novo-desenvolvimentistas foram flexibilizadas ao serem postas em prática, por exemplo, a estabilidade macroeconômica, na teoria, deveria ser mantida por superávits nominais nas contas do governo, a fim de formar poupança no setor público, porém, na prática, só foram verificados superávits primários, que seriam, segundo esta visão, insuficientes. Mais que isto, as políticas teriam sido postas em prática de maneira complementar à base neoliberal existente, que permanecera praticamente inalterada. Esta forma “híbrida” teria, de maneira surpreendente e apesar de suas inconsistências, obtido resultados positivos, todavia, não poderia perpetuar-se, já que seu sucesso seria fruto de “uma singular conjunção de fatores políticos e econômicos inscritos no desenvolvimento do capitalismo brasileiro” (MORAIS e SAAD-FILHO, 2011, pg. 523)

Já segundo Reinaldo Gonçalves (2012) o governo Lula todo deveria denominar-se “nacional-desenvolvimentismo às avessas”, ou seja, completamente oposto o nacional desenvolvimentismo (ND), inclusive criticando o aqui citado Barbosa, por este verificar traços desenvolvimentistas no governo. O autor agrupa o pensamento ND em três grandes eixos, a industrialização por substituição de importações, intervencionismo estatal e nacionalismo. Estes três derivariam em alguns pilares principais, a saber: referente a primeira, minimização da dependência de bens primários no comércio exterior, mudança na estrutura de importações e menor penetração de importações de manufaturados; a partir do segundo, fortalecimento do sistema nacional de inovações, para redução do hiato tecnológico; e por fim, vindo do terceiro, discriminação do capital estrangeiro. No que diz respeito a política econômica, ND implicaria em planejamento econômico, protecionismo, política industrial pró-ativa, investimento estatal em setores básicos e subordinação da política de estabilização macroeconômica à política de desenvolvimento. A partir disto o autor identifica no período 2002-2010 a desindustrialização, a reprimarização da pauta de exportações, a dessubstituição de importações, a maior dependência tecnológica, a desnacionalização, a perda de competitividade internacional, o crescimento da vulnerabilidade externa estrutural, a maior concentração de capital, e o domínio do setor financeiro. Ou seja, o oposto do que seria um governo nacional desenvolvimentista. Assim sendo, o autor,

apesar de reconhecer os méritos conseguidos durante o governo Lula, se coloca contrário a qualquer visão que demonstre uma grande transformação, uma reversão de tendências estruturais ou políticas desenvolvimentistas.

Luiz Filgueiras et. al (2010), em visão um tanto parecida, não acredita em inflexão de política econômica a partir de 2007, e credita os melhores resultados macroeconômicos a fatores externos. Para eles, há inegavelmente uma continuação entre o governo Lula e o governo de Fernando Henrique Cardoso, de maneira que, em essência, nada teria mudado em termos de modelo de política econômica. Contudo, em virtude de conjuntura internacional favorável, teria sido possível uma flexibilização de tal modelo, abrindo espaço para diminuição dos juros, aumento de crédito, aumento de investimento por parte do Estado, repasse de recursos para política social focalizada além de aumento real do salário-mínimo. Como resultados principais de dita flexibilização houve a redução das taxas de desemprego, crescimento elevado do PIB, pequenas melhoras de distribuição funcional da renda, e também diminuição dos níveis de pobreza. Paralelamente a isto o Estado participou mais do processo econômico através de suas estatais, com isto alterando aos poucos o bloco de poder hegemônico, causa e consequência de uma nova acomodação, e afirmação do modo econômico vigente, de modo que se juntaram a hegemonia financeira-exportadora segmentos nacionais de grande capital articulados por dentro do Estado, no comando da economia. Deste modo a maior participação do Estado na esfera econômica estaria recriando as relações entre ele, o capital nacional e o capital internacional, sob a hegemonia do capital financeiro. Nesta etapa o capital nacional vai a reboque do Estado, assim como na época do desenvolvimentismo, botando em evidência qual o capitalismo possível na periferia em tempos imperialistas: dependente tecnologicamente e financeiramente, com alta concentração de renda, exclusão racial e restrições na democracia. Esta operação tem necessidade de uma política de apaziguamento e cooptação dos setores dominados, para que apoiem as políticas governamentais, mesmo com atendimento marginal de demandas sociais. Ou seja, as condições externas favoráveis permitiram conciliar os interesses do grande capital e dos segmentos subalternos da sociedade, porém o modelo liberal-periférico não foi

superado, mas sim reforçado. E os resultados positivos são somente efeito da conjuntura favorável e da flexibilização das políticas.

Francisco José Aguiar Costa Junior (2012), por sua vez, faz uma análise mais detalhada do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), que representaria para alguns novo-desenvolvimentistas, como Sicsú (2007-b), por exemplo, o ponto de inflexão que caracterizaria a retomada do planejamento econômico em prol do desenvolvimento. O autor, além de enxergar no PAC um programa de cunho liberal, conclui que o governo petista todo mantém o modelo liberal periférico herdado do governo de Fernando Henrique Cardoso, concordando com Filgueiras (2010), tanto nisto como ao afirmar que a melhora dos indicadores socioeconômicos obtidos no segundo mandato do governo Lula são fruto da melhora da balança comercial, decorrente do “efeito China”, que possibilitou uma flexibilização da política econômica, e não redundou em melhoras estruturais, mas apenas conjunturais, principalmente no tocante à vulnerabilidade externa.

Já Rodrigo Castelo (2013) argumenta que no Brasil, assim como no restante da América-Latina, quatro projetos político-ideológicos estariam em disputa, seriam eles: O social-liberalismo; O socialismo do século XXI; A contrarrevolução; e o novo-desenvolvimentismo. Segundo o autor, os governos Lula, e também Dilma, são a maior expressão do social-liberalismo na América Latina, sendo tal projeto uma resposta encontrada à crise conjuntural do capitalismo nos anos 90, pois, em vista das crises do México, Brasil, Argentina, Ásia e Rússia, em conjunto com um pequeno fortalecimento de forças de contestação, pretendeu-se, por parte das classes dominantes, dotar o neoliberalismo de uma agenda social, e uma face mais humana a globalização, em busca do apaziguamento das tensões sociais. Em resumo, o social-liberalismo vê no mercado a melhor forma de organização da sociedade e de produção de riqueza já inventado, porém, reconhece falhas pontuais, que tendem a se agravar nos momentos de crise, demandando uma regulação estatal pontual. Contudo, este ajuste preserva a essência neoliberal, uma mudança para permanecer o mesmo, uma forma de retomar os grandes lucros dos monopólios capitalistas, a financeirização da economia, o aumento da taxa de exploração, o apaziguamento da classe trabalhadora,

etc. Neste contexto, o neodesenvolvimentismo teria tido somente um papel auxiliar na reconfiguração do neoliberalismo brasileiro, pois, sim havia influência das ideias neodesenvolvimentistas sobre o governo, como demonstra o fato de o então vice-presidente José de Alencar ter escrito o prefácio da coletânea “Novo desenvolvimentismo: Um projeto nacional de crescimento com equidade social”. Além disto vários postos-chave eram ocupados por intelectuais partidários desta vertente, como Aloísio Mercadante, Luiz Gonzaga Belluzo, etc. Porém uma mudança de tamanha envergadura na estrutura básica do neoliberalismo só poderia vir mediante revoluções, reformas, contrarrevoluções, etc. Ou seja, da grande política, e não somente da política econômica. Deste modo a política econômica do governo petista seria neoliberal, em sua vertente social liberal, com pitadas de novo desenvolvimentismo.

De acordo com Boito Jr. (2012), nos anos 2000 houve sim uma retomada da proposta da intervenção do Estado em busca do desenvolvimento, porém, isto só foi possível graças ao elemento popular, que desde sempre tem grande importância nos rumos do capitalismo brasileiro. Segundo o autor, se formou no Brasil no século XXI uma aliança neodesenvolvimentista, policlassista, instável, e que, apesar de o nacionalismo e o populismo não terem mais a força que tinham nos anos sessenta, também estão presentes. Este bloco de poder: é dirigido pela burguesia interna; envolve classes trabalhadoras que estão excluídas de tal bloco e entretêm uma relação do tipo populista com estas classes; foi a ferramenta utilizada pela grande burguesia interna para ascender politicamente dentro do bloco de poder; e ela enfrenta outra conformação de interesses, neoliberal, composta pelo grande capital internacional, a fração burguesa integrada ou subordinada a este capital, a alta classe média e latifundiários. O bloco de poder neodesenvolvimentista contém classes que muitas vezes entram em contradição, mas estas contradições não têm afetado a unidade do bloco, até porque, em momentos de dificuldade, mesmo com interesses opostos, estas forças têm mostrado que são capazes de agir conjuntamente, O termo “desenvolvimentista” advém do fato de se buscar crescimento econômico com algum grau de distribuição de renda, dentro dos limites do modelo neoliberal ainda vigente no país, de onde vem o termo “neo”, ou seja, nas palavras do autor, “o

neodesenvolvimentismo é o desenvolvimentismo da época do capitalismo neoliberal” (BOITO JR., 2012), deste modo, as ambições do projeto são bem menores, por conta das impossibilidades impostas pelo modelo neoliberal.

Pedro Cezar Dutra Fonseca et. al. (2012), por sua vez, vê o período petista no poder de maneira muito positiva, contudo, não identifica um caráter desenvolvimentista ou neodesenvolvimentista nas políticas. Os autores veem, assim como os outros aqui citados, muitos traços de continuidade entre as políticas macroeconômicas de Fernando Henrique Cardoso e do primeiro mandato do governo Lula, porém, defendem que esta continuidade foi necessária para que se pudesse combater uma crise de confiança, ocasionada pela descontinuidade política, sacrificando o crescimento de curto prazo. Além disto, políticas de caráter social, apesar de terem sido adotadas, o foram muito paulatinamente, assim como o crescimento real do salário-mínimo, de forma que caracterizar o governo como populista é equivocado, pois seria presumir que, sem se preocupar com os resultados de longo prazo, ter-se-ia aberto mão de políticas expansionistas e assistencialistas, dando preferência ao curto prazo e visando a manutenção de uma base política popular, o que não ocorreu. Já no segundo mandato, uma melhora na conjuntura externa, assim como a recuperação da confiança dos mercados, permitiu que se avançasse mais profundamente na política social, no aumento real do salário-mínimo, etc., mas, mesmo assim, sendo comedido, o que por sua vez teria sido bastante efetivo, levando à recuperação do emprego, principalmente o formal, e de renda, de maneira que estas políticas, que têm no deficit fiscal seu calcanhar de aquiles, paradoxalmente contribuíram para a diminuição do deficit nominal das contas do governo, assim como controlaram o deficit previdenciário. Entretanto estas “boas políticas” segundo os autores não conformam um desenvolvimentismo, pois um plano estratégico de desenvolvimento de longo prazo não é abarcado na estratégia petista, e este é o traço fundamental que caracterizou o desenvolvimentismo no passado, e deveria também ser para um novo desenvolvimentismo. Nas palavras do próprio Fonseca et. al. (2012) “[...]esta combinação de política econômica restritiva, e gradual redistribuição de renda, aproxima-se mais do padrão clássico da social-democracia europeia do pós-segunda

guerra, de inspiração keynesiana, [...]”.

Já o ministro Guido Mantegua, em entrevista de 2007, chegou a argumentar que o Brasil passava por um novo ciclo econômico, que ele chamava social-desenvolvimentismo. As principais características de tal ciclo seriam o crescimento econômico com aumento da renda da população, aumento do poder aquisitivo e um maior acesso ao mercado de massa, algo que seria completamente novo no país. Tais características impulsionariam o mercado consumidor brasileiro, que, conseqüentemente, estaria levando ao aumento dos investimentos, interno e externo, pois o ambiente favorável estaria elevando a confiança não só dos empresários locais, mas também dos internacionais, o que se traduziria em aumento da formação bruta de capital fixo e investimentos diretos externos. (VALOR ECONÔMICO. 2007)

Percebe-se assim, que parece interminável o número de posicionamentos acerca o debate sobre qual a corrente ideológica predominante no governo Lula, principalmente no tocante ao seu segundo mandato. Mesmo não exaurindo todo o debate, este trabalho já apresentou um número relativamente grande de categorias utilizadas por diferentes autores para se referir a tal período, dentre elas: neodesenvolvimentismo; desenvolvimentismo às avessas; social-liberalismo; social-desenvolvimentismo; hibridismo entre neoliberalismo e novo-desenvolvimentismo; desenvolvimentismo; modelo liberal-periférico; social-democracia; etc. Mesmo assim, permitindo-se ser um tanto quanto simplista, e deixando de lado algumas especificidades de cada autor, seria possível admitir que o eixo central das argumentações é a continuidade ou rompimento, em termos de política econômica e social, com o neoliberalismo. Assim sendo, seria possível delimitar uma divisão entre dois grandes grupos: O primeiro, que dá mais ênfase na diferença, e atribui os melhores resultados do segundo mandato do Presidente Lula mais a fatores internos que externos. Neste grupo encaixam-se melhor Moraes e Saad Filho, Barbosa e Sousa, Boito Jr., Fonseca et. al., etc.; O segundo, acredita que os termos de continuidade são mais relevantes que os de ruptura, e atribuem a melhora dos indicadores econômico-sociais maiormente a fatores externos. Aqui, seriam representantes Filgueiras et. al., Castelo, Gonçalves, Costa Jr., etc.

Deste modo, buscando-se um posicionamento coerente para a pergunta maior, ou seja, quais são os elementos mais importantes, os de diferença ou de igualdade com o neoliberalismo? E também pretendendo deixar explícito qual foi, em realidade, a base ideológica por trás das ações governamentais petistas, faz-se necessário, primeiro, o estudo sobre as vertentes de pensamento que disputavam espaço na política neste então, a saber, novo-desenvolvimentismo, social-desenvolvimentismo, neoliberalismo e social liberalismo, de modo a identificar que tipos de ações cada uma induziriam, para, em um segundo momento, embasado nas políticas concretas tomadas a partir do poder central, ter a possibilidade de concluir qual delas constitui maior força política no bloco de poder neste momento. Estes serão os temas dos capítulos subsequentes.

CAPÍTULO 2 – AS PRINCIPAIS CORRENTES IDEOLÓGICAS QUE SE POSTULAM COMO INSPIRADORAS DE POLÍTICA

Pretende-se, com este trabalho, aclarar a visão sobre quais as bases teóricas que orientaram a política econômica do governo Lula, principalmente no seu segundo mandato, que, como viu-se, é fonte de grande controvérsia, para isso torna-se necessário definir qual a natureza e o que exatamente cada uma das principais teorias envolvidas na discussão prega como boa política, a começar pelo neoliberalismo, passando depois pelo social-liberalismo, novo-desenvolvimentismo e social-desenvolvimentismo.

2.1 O NEOLIBERALISMO

Perry Anderson (1995) diz que o neoliberalismo surge no pós-guerra como resposta teórica ao avanço das políticas intervencionistas e de bem-estar, tendo como obra seminal “*O Caminho da Servidão*” de Friedrich Hayek, de 1944, que argumentava que, apesar das boas intenções, qualquer obstrução ao livre mercado levaria a resultados parecidos ao nazismo alemão, ou seja, nas palavras de Anderson, uma servidão moderada. A partir da Sociedade de *Mont Pèlerin*, que contava com Milton Friedman, Ludwig Von Mises, o próprio Hayek e outros, os neoliberais continuaram a debater suas teorias e a difundir seu pensamento, embora os bons resultados econômicos do intervencionismo ofuscassem sua teoria. A crise dos Anos 70 mudou este quadro. Pela primeira vez na história combinaram-se baixo crescimento e alta inflação, e a “voz neoliberal” ganhou força. Identificando a raiz da crise no poder, que julgavam excessivo, dos sindicatos, argumentavam que suas reivindicações por gastos sociais e aumento de salários haviam corroído as bases da acumulação capitalista, pois destruíam o nível de lucro necessário às empresas e desencadearam o processo inflacionário. Logo, o antídoto para a crise seria romper o poder dos sindicatos e cortar os gastos sociais de maneira drástica. Como meio para este fim era preciso

reestabelecer uma “taxa natural” de desemprego, e reduzir impostos sobre os mais ricos para estimular os agentes econômicos, de forma que se obteria a estabilização monetária e uma desigualdade social “benéfica”, que restaurariam o crescimento econômico. É importante lembrar-se também que o neoliberalismo seria a forma mais eficiente de contrapor-se aos males do comunismo. Demorou aproximadamente toda a década de 70 para que os países da OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico) começassem a implantar o remédio neoliberal mais profundamente. Com a eleição de Ronald Reagan nos Estados Unidos e de Margaret Thatcher na Inglaterra, além de outras coalizões desta nova direita em vários países da Europa, as recomendações neoliberais começaram a ser levadas a cabo. Com o passar do tempo, até os partidos de esquerda passaram a adotar o neoliberalismo, claro que, tanto nos governos da direita extrema como nos de esquerda, a dose neoliberal variava a depender do país e do período temporal considerado.

Convém ressaltar-se que para vários autores no âmbito do materialismo histórico o neoliberalismo é muito mais que uma vitória ideológica: representa uma nova fase do capitalismo (DUMÉNIL E LÉVY, 2003, 2005, 2006, WALLERSTEIN, 2003, CHESNAIS, 2003, 1998). Assim sendo, a crise dos anos 70 deve ser compreendida não como uma crise econômica, mas sim como uma crise estrutural do modo de produção capitalista.

Waldir José Rampinelli (2001) destaca, além do baixo crescimento e da alta inflação da década de 70, as várias derrotas acumuladas pelos Estados Unidos, que eram naquele então hegemônicos. No setor diplomático, houve a perda de influência sobre a América Latina, onde vinha se criando uma consciência anti-imperialista. Cuba já vinha desafiando os interesses norte-americanos desde a Revolução Cubana, não bastasse isto, no Chile, em 1973, Salvador Allende foi eleito tendo duas bandeiras principais: política externa baseada na não intervenção estrangeira e nacionalização das riquezas de cada país, representando claro perigo para as multinacionais estadunidenses. No campo estratégico-militar, a derrota no Vietnã coloca dúvidas sobre a capacidade norte-americana de proteger a América Latina sem risco de derrota, estimulando vários países a adotarem políticas externas

mais independentes. No tocante a economia, os produtos advindos principalmente da Alemanha e do Japão passaram a invadir o mercado americano, pois as indústrias nestes países tinham maior produtividade, além disto, em 1971, o presidente Nixon se viu forçado a romper, unilateralmente, os acordos de Bretton Woods, acabando com a conversibilidade do Dólar em ouro, o que ocasionou a desvalorização da moeda americana. Somado a estes fatores, em 1973 acontece o primeiro choque do petróleo, devido a decisão da OPEP (Organização dos Países Exportadores de Petróleo) de restringir a venda do petróleo, multiplicando o preço desta commodity por 4, o que acabou por responsabilizar os países da periferia pela crise.

Em 1979, a resposta dos EUA a esta crise de hegemonia se deu principalmente por meio do choque dos juros, elevando a sua taxa básica de cerca de 3% para algo em torno de 12% em alguns poucos meses. Para Duménil e Lévy (2005) este é o fato que marca o início da nova fase do capitalismo, denominada neoliberalismo, todavia este movimento é reflexo de mudanças mais profundas na estrutura do capitalismo, a saber, a nova hegemonia da finança. Finança neste sentido é compreendida como a junção da fração superior da classe capitalista e as instituições pelas quais eles detêm os títulos de posse sobre os meios de produção, públicas ou privadas, ou seja, os capitalistas financeiros, fundos de investimentos, parte do Estado representado pelo Banco Central e fundos públicos de pensão, etc. A nova hegemonia financeira, por sua vez, é a predominância de uma aliança de classe, composta pela finança e pela alta classe média, que contém os altos executivos e os detentores diretos ou indiretos de títulos financeiros (via fundos de pensão por exemplo), que sustenta determinada configuração de poder. Este arranjo é denominado pelo autor como compromisso neoliberal, que suplantou um compromisso keynesiano, hegemônico dos anos 30 até os anos 70, mais aberto às classes operárias, e que manteve reprimida a finança em maior ou menor grau a depender do país em questão e da época analisada.

Uma segunda hegemonia da finança sugere que existiu uma anteriormente, esta foi de 1870 até cerca de 1930 e guarda muitas semelhanças com a primeira, assim como a crise do fim do século XIX, que redundou na primeira

hegemonia da finança, é semelhante com a crise dos 1970, que levou à segunda. Dos traços parecidos destaca-se a queda da taxa de lucro prévia à crise, que foi revertida através da maior produtividade do capital, graças a mudanças técnico-organizacionais e pela explosão de mecanismos monetários e financeiros. Se nos 1870 houve uma revolução de gestão, que demorou décadas para maturar e que tem como principal expoente a linha de montagem, nos 1970 há uma revolução na gestão, possibilitada pelas novas tecnologias da informação. Ambas as revoluções técnico-organizacionais vieram acompanhadas de mudanças nas formas de propriedade: no fim do século XIX a propriedade que era primordialmente individual passou a ser predominantemente social, através das sociedades por ações e no fim do século XX este movimento chega aos setores financeiros, em ambos os casos separando cada vez mais a propriedade da gestão, movimento este ambíguo por natureza, que reforça a propriedade capitalista, pois há a institucionalização e a financeirização, conferindo força e tamanho à propriedade, mas, por outro lado, distancia o proprietário da propriedade, já que, o tamanho gigantesco das empresas, traz a necessidade da delegação de competências a gestores assalariados. (DÚMENIL E LÉVY, 2003)

Importante é perceber que, sob este ponto de vista, o Estado não é alheio a luta de classes, tampouco o neoliberalismo representa um enfraquecimento do Estado. Houve sim uma ressignificação de seu papel, assim como um reordenamento do compromisso de classes que o sustenta, apesar de o Estado neoliberal não cumprir mais funções sociais ou de incentivo à indústria, globalmente continua muito forte, tanto que a finança conseguiu no plano nacional e internacional, através dos Estados, os meios para sua liberdade de ação, dos quais os principais são a livre circulação de capital e o câmbio flutuante a nível global, tendo como principal ator a elite estadunidense, que ocupa uma posição hegemônica mesmo entre os países imperialistas. (DÚMENIL E LÉVY, 2006)

Já para Chesnais (2003) o neoliberalismo é, em sua essência, um regime de acumulação com dominância financeira, cujo traço principal é a predominância do capital financeiro, tanto interna quanto externamente, sendo uma etapa particular do imperialismo ligado à mundialização do capital. O início do

neoliberalismo remontaria ao início dos anos 90, e já teria passado por várias configurações, devido às mudanças nas relações entre Estado e frações do capital e também nas relações políticas entre capital e trabalho. Sob esta ótica, a segunda metade do século XX seria repleta de tentativas da burguesia de afirmar sua dominação sobre a classe trabalhadora, conseguindo assimilar as concessões feitas aos operários e também suas instituições, objetivando torná-las parte do processo da reprodução ampliada do capital.

O regime de acumulação neoliberal apresenta três características principais. Primeiro, o fato de ser mundializado. Em formulação anterior, Chesnais (1998) diz que assim o é por se estruturar como totalidade sistêmica mundial, de maneira fortemente hierarquizada, estruturada a partir dos Estados Unidos, Japão e Alemanha, mas tendo como centro principal de impulsos, direcionamentos e contradições os EUA. Esta estrutura tem como objetivo primordial possibilitar ao capital altamente centralizado e concentrado converter-se em valor, como capital industrial, mas, de maneira mais importante, como capital produtor de juros. Como o regime é dominado pelo capital financeiro, é em favor dele que se dá a repartição da mais-valia extraída do trabalhador entre os diversos capitalistas. Em um segundo momento Chesnais (2003) vai dizer que o regime não é mundializado por englobar todas as economias em uma totalidade sistêmica, mas sim por necessitar uma ampla liberalização e desregulamentação da finança, dos investimentos externos diretos e do comércio a níveis mundiais, sob pena de deixar de existir caso isso não ocorra. Note-se que a mundialização é produto dos países centrais, e é indissociável das perdas trabalhistas sofridas no ocidente, e também da dissolução soviética e a consequente restauração capitalista. O segundo traço é a securitização de títulos, que, juntamente a liberalização assim como a desregulamentação dos mercados financeiros causa instabilidade e volatilidade sistêmica, pois é no mercado de ativos secundários que se dá a maior criação de capital fictício. A terceira principal característica é referente a baixas taxas decrescimento, pois o regime é desfavorável à acumulação produtiva, o que gera dificuldades para a geração de valor em escala suficiente, pressionando assim a taxa de exploração sempre para cima.

No centro do novo regime de acumulação estão as instituições financeiras, meios de concentração do capital dinheiro, tal como os fundos de pensão e bancos de investimento, e também as instituições que garantam segurança política e financeira aos investimentos financeirizados, que dão à finança independência e um grande poder perante a sociedade. Símbolo deste poder é a capacidade de se apoderar do Estado, mudar a distribuição de renda em favor dos mais ricos, alterar o foco e o ritmo dos investimentos, conseguir rendimentos elevados para os investimentos financeiros através da elevação da taxa de juros das dívidas públicas e mudar a fração dos lucros distribuídos como dividendos, aumentando-a de maneira considerável. Com isto as bolsas de valores passaram a ter papel decisivo no neoliberalismo, de maneira que a indústria e o setor financeiro nunca estiveram tão interligados, advogam a isto a nova maneira de se remunerar gestores, através de *stock options* (opção de compra de ações da empresa em determinado valor pré-fixado), a vigilância sem cessar dos fundos de investimento sobre as indústrias, assim como o boom das cotações dos anos 90, que gerou pressões para que se repetissem os resultados financeiros espetaculares posteriormente. Este aumento das cotações só é possível alimentando-se uma bolha especulativa, que, mesmo aparentando ser completamente descolado de sua base real, só pode acontecer se houverem as condições materiais necessárias. As ações por si não geram valor, de maneira que, se a bolha se expande, aparentemente sem data para baixar, é por que a finança ainda está aumentando seu poder parasitário sobre a economia real. Tal aumento só é possível através de maior exploração, que se deu devido as novas tecnologias da informação e as flexibilizações salariais. Tampouco uma nação conseguiria manter tal processo de forma isolada, sendo necessário para isto o “apoio” de vários países. (CHESNAIS, 2003)

Não é estranho que tal regime de acumulação tenha fragilidades financeiras, que são produto de suas características intrínsecas. O papel central do mercado financeiro faz com que esse seja o epicentro das crises, se espalhando depois para os outros setores da economia. Não são poucos os fatores que podem levar a uma crise financeira: o valor nominal elevado dos ativos financeiros, a frágil ligação do mercado financeiro e de sua base real, o caráter em maioria fictício do nível de

capitalização, etc. Mais que isto, os choques, quando ocorrem, necessitam de respostas rápidas dos emprestadores de última instância, também o nível de alastramento dependerá da capacidade da economia nacional de suportar a falta de crédito externo, contudo, na maioria das vezes, o neoliberalismo leva ao enfraquecimento das autoridades monetárias. Outro aspecto é a generalização do comportamento financeirizado em mercados que em essência não o são, como o imobiliário e o de commodities, isto faz com que se gerem bolhas nestes mercados, mesmo sem as condições de liquidez necessárias, o que torna maior o risco de choques. Mais um fator é a abertura econômica muito rápida dos países subdesenvolvidos, que por sua vez, apesar de ser necessária ao capital financeiro, por ser fonte de rendas elevadas, gera riscos sistêmicos, pois criam sistemas financeiros frágeis, com alto risco de encadeamento das crises financeiras, fato este que se torna ainda mais grave pela incapacidade das autoridades monetárias destes países de disponibilizar o crédito necessário para conter os distúrbios característicos do sistema financeiro mundializado. (CHESNAIS, 1998)

Note-se que, apesar destas interpretações sobre o neoliberalismo serem de grande valia para perceber-se o movimento mais geral do modo de produção capitalista, elas podem levar ao equívoco de que não são importantes as respostas que cada economia nacional dá aos estímulos recebidos do centro do sistema. Ou seja, desta perspectiva, não faz sentido discutir que vertente ideológica inspira este ou aquele governo, pois, ao fim, todos teriam comportamentos muito parecidos aos requisitados pela finança internacional, o que não necessariamente é verdade. Assim sendo, para este trabalho se entenderá o neoliberalismo sim como sendo uma nova etapa do capitalismo, onde há o papel central da finança internacional, porém, se dará uma atenção especial para as possibilidades de alinhamento ou não dos governos da periferia do sistema, tendo em mente que as decisões tomadas no âmbito da política nacional levam em conta não só as pressões externas, mas também as fragilidades conjunturais por que passam a economia nacional, assim como a configuração da coalização de classes que é dominante no governo. Deste modo, faz-se necessário compreender quais são as políticas econômicas requeridas pelo neoliberalismo, para

assim buscar-se compreender se havia um maior ou menor alinhamento do governo Lula a ditas políticas. É importante perceber-se que, mesmo entre os economistas neoliberais, o discurso muda no decorrer do tempo, assim como existem diferenças entre vários autores, o que torna difícil o trabalho de criar um modelo de neoliberalismo que englobe todas as visões acerca o tema. Contudo, aceitando-se alguma margem de generalização, pode-se construir uma visão aceitável de que seriam as políticas econômicas recomendadas pelo neoliberalismo. Uma boa fonte para tal discussão é o consenso de Washington, que sintetiza as recomendações de política econômica feitas pelo centro aos países periféricos.

Segundo Williamson (1990) pode-se separar as recomendações de política econômica que partiam de Washington nos anos 90, a fim de tornar as economias periféricas “ideais ao desenvolvimento”, em alguns eixos principais: primeiro, a austeridade fiscal, demonizando déficits prolongados e de volume considerável, sendo recomendado o “equilíbrio fiscal”, mesmo que este conceito esteja permanentemente em debate; segundo, retenção de gastos públicos, principalmente os subsídios, que deveriam ser evitados ao máximo. Os gastos com administração são, até certo ponto, inevitáveis, porém, seria conveniente reduzi-los o quanto fosse possível, por outro lado investimentos em saúde e educação são via de regra vistos com bons olhos, ainda mais no tocante a educação e saúde de base, também são importantes os investimentos em infraestrutura; terceiro, o aumento da carga tributária não é recomendável, mas reformas tributárias quando feitas deveriam ter como objetivo a ampliação da base tributária, assim como a moderação da taxa marginal de imposto; quarto, no tocante a política de juros duas visões estão em debate, uma afirma que os juros devem ser determinados pelo mercado, na outra os juros deveriam ser mantidos em taxas positivas, a fim de evitar fuga de capitais e estimular poupança, ambas têm certo nível de consistência, já que juros de mercado, em geral, são positivos; quinto, o mesmo para taxa de câmbio, alguns defendem a livre flutuação do mercado de divisas, outros, que a taxa de câmbio deve ser “competitiva”, de modo a estimular o crescimento da taxa de exportações até que o país atinja um crescimento em acordo com as possibilidades da oferta potencial, e não mais que isto, tão importante quanto o nível da

taxa de câmbio é sua estabilidade, de maneira a gerar segurança em quem busca investir, principalmente em setores para exportações não tradicionais - mais uma vez as duas visões, na prática, não diferem muito entre si; sexto, política comercial orientada para fora, ou seja, liberalização das importações, aceitando uma margem temporal, pois não se espera o desmantelamento de todo um sistema do dia para a noite, assim como, no caso de indústrias infantis, pode haver uma margem, bastante estreita, para tarifas, de maneira que não se crie um risco de distorções e custos elevados no sistema de mercado; sétimo, os Investimentos Diretos Estrangeiros (IDE) deveriam ser livres e, até mesmo, estimulados, pois trariam maior capacidade produtiva e de exportação, inclusive de bens não tradicionais, às economias domésticas; oitavo, as privatizações deveriam ser amplamente utilizadas, já que, aliviam pressões sobre o orçamento público tanto no curto como no longo prazo, pois geram receitas de venda, e tiram do governo a responsabilidade dos investimentos, também é importante o fato de se acreditar que o privado é sempre melhor administrado que o público; nono, a desregulamentação deveria ser feita, a fim de promover a concorrência, o que, todavia, poderia ter custos importantes na América Latina, devido ao nível de regulamentação encontrado nas economias da região neste então; e finalmente, os direitos de propriedade, que deveriam ser garantidos por instituições fortes.

É importante destacar que alguns pontos são abordados por Williamson de maneira eufemística. Por exemplo, a desregulamentação inclui, entre outros, a “flexibilização” das leis trabalhistas, que conseqüentemente retiraria direitos do trabalhador. O câmbio “competitivo” nos casos dos países produtores de commodities tende a estimular ainda mais a especialização produtiva, e não a diversificação industrial, principalmente na ausência de políticas de proteção da indústria nacional e com taxas de juros elevadas, como o tempo tratou de mostrar. Também não se trata, no texto, da demonização das políticas sociais e da desarticulação dos sindicatos, que seria elemento central de uma teoria neoliberal mais pura. No caso da reforma tributária, é preciso enfatizar que uma reforma ampliando a base tributária e reduzindo o imposto marginal tem caráter intrinsecamente regressivo.

Em suma, se bem o neoliberalismo pode ser entendido como faze do

capitalismo, também pode ser expresso como um conjunto de políticas econômicas como ficou sistematizado no Consenso de Washington, desde que se tenha a consciências que são dois níveis distintos de análise.

2.2 SOCIAL-LIBERALISMO

Assim como ocorre com o neoliberalismo, é difícil definir o social liberalismo, pois se trata de um termo utilizado muitas vezes para caracterizar coisas distintas. Há quem defina mesmo John Maynard Keynes ou John Stuart Mill como sociais liberais, no sentido que defendiam uma economia de mercado, porém com interferências estatais em certos aspectos. Todavia aqui se entenderá social liberalismo como um movimento de crítica interna e suave ao neoliberalismo, que começa a ganhar força a partir dos anos 90, principalmente depois das crises cambiais e financeiras de inúmeros países como Brasil, Argentina, México, Rússia, etc. Mais um complicante ao trabalho de criar uma síntese sobre o social liberalismo é o fato de que normalmente os autores não se intitulam social-liberais, muitos autodeclarando-se ecléticos (Williamson), Novos keynesianos (Stiglitz), partidários da terceira via (Giddens) etc.

Para entender-se o que se compreende, no escopo deste trabalho, por social liberalismo, é preciso, antes, ter em mente que, como descrito acima, o neoliberalismo passou a ser aplicado, de maneira não homogênea geográfica e temporalmente, principalmente a partir dos anos 80, e que estas políticas contribuíram para que se desencadeassem uma série de consequências. Primeiro, de acordo com Duménil e Lévy (2005), houve após os anos oitenta, com forte contribuição dos aumentos das taxas de juros, a redistribuição da renda em favor das classes mais ricas; a título de ilustração, pode-se mostrar que, antes a crise estrutural dos anos 70 o 1% dos domicílios mais ricos dos Estados Unidos detinham 22% da riqueza total, e, já nos anos 80, eram favorecidos por 33%. O autor argumenta ainda que o neoliberalismo é desfavorável à acumulação produtiva e ao crescimento econômico, quanto a isto, segundo dados do Banco Mundial (2014), a maior economia do mundo não conseguiu, sob o neoliberalismo, as taxas de crescimento dos anos 60, que tiveram média de

4,51%, nos conturbados anos 70, 3,20%, nos anos 80 3,36%, e nos anos 90 3,46% (média simples do crescimento de 1961 à 1970, 1971 à 1980, 1981 à 1990 e 1991 à 2000). Lima (2011) por sua vez, argumenta que já nos anos oitenta os países latino-americanos passaram a utilizar políticas neoliberais. Em virtude das crises da dívida, a região passou a adotar o receituário do FMI (Fundo Monetário Internacional), obtendo superávits comerciais para pagar o serviço da dívida, que cresceu enormemente em virtude do choque dos juros estadunidenses, portanto, a década de oitenta representou uma queda acentuada das altas taxas de crescimento dos trinta anos anteriores, com destaque para a baixa das taxas de investimento durante a década, indicador em que a média da região passou de 22.7% em 1980 para 16.4% em 1989. Foi nos anos 90, contudo, que reformas macroeconômicas mais profundas, de cunho neoliberal, foram aplicadas na América Latina, e apesar de a região retomar o crescimento do PIB per capita, este se deu em um ritmo mais lento que nas décadas do pós-guerra, além disto, nenhum país da região atravessou os anos 90 sem passar por uma crise, com a exceção do Chile, que somente em 1990 elegeria um presidente, após 18 anos de ditadura. Os câmbios valorizados privilegiaram as importações, o que permitiu a incorporação de novas tecnologias, por outro lado, causaram instabilidades na balança de pagamentos e o aumento das dívidas externas, de 1991 a 1997 a dívida externa na região passou de 453 bilhões para 645 bilhões de dólares. De acordo com Conceição Tavares (2002), falando mais especificamente do Brasil, os capitais que para cá vieram em nada contribuíram para melhorar competitividade nacional, vieram em busca de taxas de juros elevadas, negócios subsidiados pelo governo, aquisição de ativos públicos financiados pelo próprio Estado e pelos fundos dos trabalhadores públicos. Lima (2011) usa argumento parecido para América Latina, afirmando que os capitais que para cá vieram eram, em sua maioria, capitais voláteis, o que em conjunto com a fragilidade do sistema financeiro local, fez com que, ao menor sinal de crise internacional estes capitais ameaçassem a emigração em massa, ocasionando a transferência de recursos em massa ao capital financeiro internacional. No campo social os resultados foram ainda mais alarmantes: a desigualdade de renda permaneceu elevada, o desemprego aberto aumentou consideravelmente,

principalmente nas grandes metrópoles, chegando, no ano de 1997, a 17% em Buenos Aires e 16% em São Paulo, o número absoluto de pessoas pobres chegou, em meados dos anos noventa a 210 milhões de pessoas. A estrutura dos empregos também mudou, se em 1980 40% dos empregos eram domésticos, informais, ou em pequenas empresas, onde a produtividade e os salários são mais baixos, em 1996 esta cifra era de 57%. Brieger (2002) afirma que, depois de 10 anos de neoliberalismo no México o país foi colocado na lista dos mais pobres pelo Banco Mundial, o número de mexicanos extremamente pobres passou de 17 milhões para 26 milhões, 40% das pessoas viviam com menos de meio salário-mínimo, sendo que uma cesta básica custava em média 3. Castelo (2011) afirma que na Argentina, país em que o neoliberalismo foi mais hegemônico, após a crise cambial de 2001 cerca de 70% da população encontrava-se em situação de pobreza ou de miséria. Não foi somente na América Latina que se apresentaram resultados negativos, nos Estados Unidos por exemplo, em 1982 o desemprego chegava aos 9,6%, em 1984 na Grã-Bretanha 11.8%, muito acima da média histórica destes países (Banco Mundial, 2014). Houve também uma miríade de crises financeiras, como citadas acima, o que remete a uma frase que se encontra no próprio “Global Economic Prospects and the developing countries” do Banco Mundial (1998):

“Quando apenas um carro tem um acidente na curva de uma estrada poder-se-ia tirar algumas conclusões sobre o motorista ou seu automóvel. Mas quando em uma mesma curva se produzem acidentes praticamente todos os dias, a conclusão é distinta: é provável que a causa seja a estrada. O próprio fato de que um número tão grande de países haja sofrido essas crises e precisaram de importantes medidas oficiais de resgate, permite pensar que existem algumas deficiências sistêmicas fundamentais¹”

Assim sendo, ao redor do mundo começaram a surgir movimentos sociais que iam em contra da situação de deterioração das condições de vida da população de mais baixa renda. Em 1999 em Seattle houve uma rodada de manifestações antiglobalização contra a realização da rodada do milênio, patrocinada pela OMC (Organização Mundial do Comércio), durante a primavera setentrional

1 Tradução livre do autor.

(reunião em Washington do FMI e Banco Mundial) mais de trinta mil pessoas se juntaram para protestar contra as instituições, em Praga, no ano de 2000, mais uma vez ativistas protestaram contra as agências multilaterais em sua reunião anual, neste então os movimentos anti-sistêmicos chegaram a conseguir uma reunião com representantes do Banco Mundial e FMI para discutir os “rumos da globalização” (CASTELO, 2011). Martínez (2012) argumenta que na América Latina houve um crescimento das esquerdas, tanto partidárias como sociais, como demonstram o surgimento de partidos como o PT, o Frente Amplio, PRD, EZLN (Exercito Zapatista de Libertação Nacional), movimentos sociais como o MST (Movimento dos Trabalhadores sem Terra) ganharam bastante força, assim como a CUT (Central Única dos Trabalhadores) no Brasil, além disto, principalmente nos países andinos os indígenas surgiram como uma nova força política, conscientes e organizados, pressionado por novas reconfigurações do Estado. Deste modo, começaram a surgir vários documentos, desde as próprias instituições de *Bretton Woods*, devido as pressões sociais, apontando para os excessos do mercado, como se fossem declarações de *mea-culpa*, advertindo para os perigos e irracionalidades da “economia de cassino”. (CASTELO, 2011)

É neste cenário que surge o social liberalismo do qual tratamos aqui. Diante das pressões populares, movidas pela degradação da situação socioeconômica de boa parte da população mundial, os intelectuais conservadores tentam maquiagem as políticas neoliberais, dando-lhes uma face mais humana, mais social, ou seja, uma mudança para não mudar, mesmo que os intelectuais que defendam estas visões digam o contrário.

Deste modo, o social liberalismo comporta um duplo movimento. Primeiro o empobrecimento teórico-político das sociais-democracias, que se “endireitaram” e esvaziaram a sua luta pela reforma do capitalismo, e segundo, a dotação de uma face social ao neoliberalismo. Estes processos aparentemente paradoxais acabam por levar a formação de um novo senso comum, ocupando o centro da política mundial, e inviabilizando os programas de esquerdas mais radicais. O que mais surpreende é que em muitos casos os sociais-democratas não se limitam a ser apoiadores, assumem a hegemonia do projeto social liberal. (CASTELO, 2011)

Assim sendo, cabe indagar, quais são, na verdade as políticas defendidas pelo social liberalismo, lembrando-se sempre, que pretende-se fazer uma síntese de diferentes, buscando, com certo grau inevitável de generalização, um núcleo comum das teorias que, apesar de não serem iguais, apresentam muitos pontos de concordância, como por exemplo, a terceira via, a via 2 ½, informações assimétricas e falhas de mercado, etc.

O termo terceira via remonta ao fascismo. Neste então, o partido autoritário buscou criar uma alternativa, tanto ao liberalismo clássico quanto ao socialismo soviético, depois o termo foi usado por Eurocomunistas para contrapor-se ao que chamavam social-democracia fraca. O próprio Giddens afirma:

“[...] É claro que o termo “terceira via” não é, de forma alguma, novo. No passado, grupos políticos de diversas tendências utilizaram-na, inclusive alguns de extrema direita. No entanto, foram os social-democratas que mais recorreram a ela. Durante a guerra fria, muitos viam a própria social-democracia como terceira via, por um lado distinta do liberalismo de mercado norte-americano e, por outro, diversa do comunismo soviético.[...]” (GIDDENS, 2001)

Na obra de Giddens a expressão aparece como uma renovação da social-democracia, numa tentativa de superar a dicotomia entre as “velhas” direita e esquerda. O sociólogo inglês identifica nas novas preocupações sociais da direita e na caminhada da social-democracia para a centro-esquerda, um processo chamado “centrismo da política” Segundo o autor a “globalização” e o fim da guerra fria retiraram dos governos nacionais a capacidade de regulação sobre a vida econômica e de garantia de benefícios sociais de maneira crescente, assim como, no fim dos anos 90, o neoliberalismo começa uma fase de esgotamento de suas propostas políticas, abrindo espaço para a “terceira via”, sendo assim, seria necessário uma estrutura de governo diferente, que seja apoiada pela “velha esquerda” e também pela pretensão da direita de desmantelar o *welfare state*, sempre estimulando o debate sobre assuntos como “liberdade como autonomia”, “igualdade”, “proteção aos vulneráveis” e “não há direitos sem responsabilidades”. É importante perceber-se que nesta visão o Estado não deve ser um “estado mínimo”, mas sim um estado forte, presente, capaz de lidar com os

setores da economia que produzem externalidades, assim como capaz de combater desigualdades, atuante como regulador do mercado em conjunto com a sociedade civil, esta que, com certo grau de autonomia contribuiria para a conformação de coesão social e para a participação dos indivíduos na vida política, por meio de organizações civis, das quais se destacariam as ONG's (Organizações Não Governamentais). Na opinião do autor, os antigos partidos social-democratas já estariam se engajando em projetos alinhados com a visão de “terceira via”, sendo a principal referência o novo trabalhismo inglês, de Anthony Blair, sendo isto um fato positivo. (GIDDENS, 2001)

Castelo (2011) chama atenção ainda para o fato de na visão da “terceira via” a delimitação entre Estado, Sociedade e Mercado ser muito marcada, como se fossem entes completamente independentes. Assim sendo, o Estado deveria cada vez mais promover a integração com a sociedade civil, criando espaços de diálogo que alcancem todos os cidadãos, em uma tentativa de “democratizar a democracia”. Para isto seria necessário que três pré-condições fossem atendidas: primeiro, o Estado deveria se assentar em bases políticas e culturais originais, pois as novas condições mundiais a partir dos anos noventa reformularam o papel dos Estados nacionais de tal modo que alguns chegaram a postular o seu fim, contudo o “Estado mínimo” neoliberal não deu conta da nova era da economia, sendo necessário um Estado forte, capaz de lidar com as desigualdades sociais e outros problemas, mantendo certo grau de autonomia com relação ao mercado, com poder descentralizado, com papel para as comunidades e ONG's, transparente, com mecanismos de democracia direta onde o indivíduo não delega sua responsabilidade a outrem, e eficiente em suas responsabilidades, tudo isto buscando o equilíbrio entre mercado, sociedade civil e Estado; segundo, a sociedade civil deveria ser renovada, ganhando força, coesão e organização, de modo a funcionar como um poder externo, vigiando o funcionamento dos mercados e as atitudes do Estado, funcionando como um guardião de última instância da democracia. Um agente teria papel central nesta sociedade, a saber, o empresariado social, que deveria cultivar uma responsabilidade social e uma consciência corporativa, de modo que a ética nos negócios levaria a uma melhor distribuição da renda e da riqueza, já que o mercado por si só seria concentrador. Assim

sendo, este empresariado dispensaria as políticas assistencialistas, pois estimularia a formação de capital social nas comunidades, tornando-as protagonistas na vida política, as colocaria em situação de igualdade de oportunidades com seus projetos sociais, e as habilitaria a lutar, de acordo com suas capacidades, por melhores condições de vida, através da acumulação de ativos, principalmente a educação; terceiro, o indivíduo deveria ser produto e produtor de novas relações sociais, diferente do *homo economicus* neoclássico, mais voltado para a cooperação e participação na política e no mercado, tendo responsabilidades frente ao Estado, não recebendo benefícios sem contrapartida, como na “velha” social-democracia. O papel principal do Estado deveria fornecer o ativo educação, deste modo pondo os cidadãos em condições de igualdade de condições, sendo responsabilidade do indivíduo buscar este ativo para, posteriormente conseguir uma maior produtividade e melhores salários, logo, um trabalhador que encontra-se fora do mercado de trabalho o faz por sua própria falta de capacidade, e a desigualdade é vista como fruto da “natureza humana”.

Para Alain Touraine, as duas práticas político-ideológicas típicas da modernidade, que seriam o liberalismo e o socialismo, acreditam que através de suas práticas poderiam levar a sociedades mais justas e igualitárias, através das revoluções, burguesa ou socialista, sendo o progresso fruto da ação consciente dos homens. Contudo neste tipo de ação social estão os germens da subordinação da sociedade a vontades externas a ela, no caso dos liberais, forçando o social à racionalidade econômica e à lógica de acumulação e, no caso dos comunistas revolucionários, por pensar que poderiam conduzir as massas durante um processo revolucionário, tirando da sociedade sua agência política. Ambas as ideologias subordinam os atores sociais ao papel de coadjuvante, sujeitos a decisões alheias as suas identidades culturais e desejos. Nos últimos 30 anos o mundo teria passado por transformações profundas, de tal modo que a dicotomia liberalismo – comunismo não faria mais sentido, o Estado interventor deveria se transformar em um Estado original, cujo princípio fundamental seria garantir a liberdade dos agentes, deixando atuar as forças de mercado, contudo este Estado foi dominado pelo capital financeiro, predominando a lógica do lucro imediato, deste modo seria necessário romper com o pensamento único, reverter a

agenda política e colocá-la em termos não subalternos ao capital financeiro, como moedas fortes e restrição orçamentária, produção distribuição de renda, fim das fraturas sociais, gastos sociais e afirmação da diversidade. É importante destacar que o autor considera que o mercado por si só tem tendência à concentração de renda, sendo necessário a regulação e a prática de justiça social. segundo Touraine (1999):

“Deve-se concluir que convém deixar o mercado alocar os recursos? Certamente não. Mas não é de mais Estado ou de mais mercado que precisamos, mas sim de menos Estado e menos mercado, e de mais iniciativas, negociações, projetos, conflitos propriamente sociais, por meio dos quais construir-se-ão as relações indispensáveis (e constantemente mutáveis) entre as obrigações e as possibilidades da economia e as demandas ou as resistências dos atores sociais”

A globalização na visão de Touraine é um grande mito. Não é onipotente e não obrigaria aos atores sociais a aceitar as políticas do capital financeiro, seria papel dos Estados se proteger, a nível mundial, dos capitais especulativos, regulando-os já que é responsabilidade principalmente destes capitais as instabilidades financeiras contemporâneas, Touraine defende que é preciso a adesão de uma via 2 ½, entre a social-democracia e a terceira via de Giddens, diferenciado-se por dar prioridade a integração dos excluídos, e a promoção de políticas de emprego e renda, e não na capacitação dos indivíduos. Contudo, estes deveriam assumir o protagonismo na política, pois seriam as políticas regidas pelo capital financeiro que estaria a produzir a exclusão social, a xenofobia, o racismo, o sexismo, etc. A questão seria como sair do liberalismo. A resposta estaria nos novos indivíduos, que se tornariam atores principais da política, e a partir de sua busca por justiça social moveriam as novas lutas sociais. Os atores sociais teriam como papel central o estabelecimento de redes sociais entre diferentes indivíduos e comunidades, em busca da tolerância, do reconhecimento e do diálogo, de modo que a igualdade viria por meio da diferenciação, os atores se tornariam dirigentes de seu próprio destino. (CASTELO, 2011) Touraine parece ser, dentre os social-liberais, o mais crítico a globalização e ao neoliberalismo.

Stiglitz por sua vez, apesar de sua formação neoliberal, crê que existe uma série de situações em que o livre mercado Smithiano não funcionaria,

principalmente em situações de externalidades ou de informações imperfeitas. Deste modo torna-se necessário revisar as teorias e práticas políticas neoliberais, e após os anos 90, com a crise do neoliberalismo teria sido aberta uma oportunidade para tal mudança, já que o debate teria ficado entre os defensores do livre mercado e os que acreditam no equilíbrio entre Estado e mercado, pois com a queda do muro de Berlim a ideologia socialista teria praticamente morrido. Neste contexto caberia aos intelectuais analisar a realidade de maneira desapaixionada, como se fossem alheios à sociedade (o autor não questiona acerca a possibilidade de isto ocorrer). Aos governos dos países desenvolvidos, caberia fornecer ajuda externa, tanto em recursos monetários como em tecnologia, conhecimento, assessoria, planejamento de reformas, etc. que, segundo o autor, empiricamente teriam se mostrado efetivas. Aos governos locais, restaria seguir uma série de “boas políticas”, de maneira a utilizar da melhor maneira possível as ajudas externas recebidas, assim como o fluxo de capitais transnacionais, vistos como “uma benção”, desde que os países receptores lidassem de maneira adequada. Caso estes requisitos fossem cumpridos, o desenvolvimento seria possível, tanto que entre 1991 e 1995 o mundo “em desenvolvimento” teria crescido 4,5% e o mundo desenvolvido 2,5%(STIGLITZ, 2007). Sobre este aspecto, não é demais frisar que, o crescimento dos países “em desenvolvimento” neste então é puxado pela China, que dificilmente se enquadraria nas “boas políticas”, assim como pelo leste asiático, que alguns anos depois entrou em crise. Também chama atenção como as tão controversas ajudas internacionais são vistas como a salvação do terceiro mundo².

A globalização, segundo o autor, é benéfica, contudo a forma como foi gerida ocasionou uma série de problemas. Em geral, a abertura comercial teria possibilitado o crescimento econômico, a expectativa de vida teria subido, teria diminuído o isolamento de culturas distantes, e o padrão de vida teria aumentado com a industrialização. Contudo, as “regras do jogo” teriam sido ditadas a partir dos países ricos, de acordo com interesses específicos de certos grupos, desta maneira, o autor

2 Para uma crítica as “ajudas internacionais” ver TOUSSAINT, E. Banco Mundial: El golpe de Estado permanente, Montesinos, 2007. Já para uma crítica quanto as boas políticas ver CHANG, H. J. Chutando a escada: a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica. São Paulo, UNESP, 2004.

crítica as políticas do Consenso de Washington, porém, não por seu conteúdo, mas sim pela forma como foram implementadas. Respeitando-se os prazos e uma sequência lógica, que deveriam ser determinadas pelas especificidades de cada país, as reformas liberalizantes trariam bons frutos. Caso típico é o das privatizações, onde o autor defende que o privado é, via de regra, melhor gerido que o público, contudo a falta de agências reguladoras efetivas e má formação de mercado poderiam levar a monopólios privados, que poderiam de igual maneira ser prejudiciais para a sociedade, também a falta de empregos para trabalhadores demitidos deveria ser evitada pela criação de novos empregos, ou através de redes de segurança social, seria importante também ter cuidado com a possível concentração de renda fruto de tal processo. Ou seja, o problema não está na globalização, mas sim no ritmo das reformas globalizantes, muitas vezes impostos pelos países desenvolvidos por meio das agências multilaterais, em um sistema que é alvo de crítica por parte do autor. Caso o processo fosse levado de forma “correta”, os países pobres poderiam ter acesso aos frutos da globalização.

Assim sendo, a partir das críticas ao neoliberalismo, surge um novo receituário para o desenvolvimento, que não rejeita o “consenso”, mas sim o amplia. Fatores além do crescimento econômico deveriam ser levados em conta ao se medir o desenvolvimento, como a democracia, o desenvolvimento sustentável, enfrentamento da pobreza, igualdade, fatores negligenciados pelo neoliberalismo, e apontados como novidade, mesmo já aparecendo em textos dos anos 50 e 60 sobre desenvolvimento, principalmente vindos da CEPAL. O desafio principal seria ajustar o equilíbrio entre Estado e mercado, já que o segundo seria a melhor forma de produção de riqueza, mas não daria conta de questões como a ambiental e a distributiva, onde os entes públicos deveriam atuar. É papel do Estado oferecer bens públicos essenciais como a educação e a saúde, que são fins em si mesmos, infraestrutura, tecnologia, promover políticas de pleno emprego e regular vários setores da economia privada, em especial os privatizados. (CASTELO, 2011) Em resumo, pode-se dizer que Stiglitz defende as políticas do Consenso de Washington, desde que aplicadas de maneira gradualista, seguindo uma sequência lógica para possibilitar a adaptação ou criação de mercados, assim como de um ambiente institucional adequado, além disto é preciso uma

ampliação do consenso para fatores extraeconômicos, algo que poderia dizer-se bastante social liberal.

Tendo-se em mente o exposto acerca de autores, de certo modo similares, e considerados por alguns sociais liberais, mas não por si mesmos, caberia então uma síntese do que pretende-se compreender por social liberalismo no escopo deste trabalho. Entende-se o social liberalismo como sendo uma reação à perda de legitimidade do projeto neoliberal, fruto das críticas e mobilizações sociais, vindas principalmente das classes sociais de menor renda, de modo que vários autores, impulsionados por esta nova realidade, formulam uma crítica interna ao consenso, numa tentativa de remediá-lo, mas sem romper com suas bases. Deste modo, caberia ao Estado não a omissão, ou tornar-se “mínimo”, mas sim um papel central, seria seu papel garantir as políticas já previstas no consenso de Washington, tal como a liberalização econômica, a flexibilização das leis, inclusive trabalhistas, o equilíbrio fiscal, o controle monetário, os juros reais positivos, a reforma tributária regressiva, o investimento em infraestrutura, saúde e educação, a garantia da propriedade privada, etc. Além disto, também estaria na sua alçada a regulação da atividade econômica, a providência de políticas sócias focalizadas em parceria com o setor privado, o controle ecológico, a garantia dos direitos humanos, a promoção da igualdade racial e de gênero etc. É importante destacar que, mesmo que se defenda uma “volta” do Estado para a economia, na verdade este nunca esteve alheio às relações econômicas, tanto que, normalmente foi do Estado que partiu a iniciativa para reformas liberalizantes. Para ilustrar o que defende o social liberalismo, pode-se buscar as diretrizes do movimento Liberal social de Portugal, que surgiu em 2005, segundo seu site, “O movimento é uma plataforma que agrega à sua volta indivíduos que acreditam que a velha dicotomia Esquerda/Direita já faz pouco sentido e que é possível fazer-se política em Portugal de uma forma diferente e construtiva” (MLS, 2014) assim como:

“Sinteticamente, pode-se afirmar que o MLS defende:

- A soberania do indivíduo sobre si mesmo: o direito inalienável a viver a sua vida e a procurar a sua felicidade da forma que entender;
- Uma sociedade mais justa, regulada pelo mérito, onde todos

possam exercer livremente os seus talentos e desenvolver o seu potencial, livres de qualquer controlo ou pressão num ambiente solidário e de respeito entre indivíduos;

- A igualdade perante a lei, mas, sempre com o respeito pelo direito à diferença;
- Um Estado reduzido ao mínimo essencial, mas que assegura de uma forma sustentável e segundo o princípio da subsidiariedade, a defesa do indivíduo e da sociedade, a propriedade privada, a Justiça, a existência de serviços básicos de saúde e segurança social, uma educação de qualidade, e a protecção do património cultural e ambiental.
- A Economia de Mercado como forma de organização económica, mas, sempre sob o controlo do Estado, como elemento corrector dos seus inevitáveis desequilíbrios.
- A existência de organizações que promovam a livre circulação de pessoas e bens e a colaboração a nível internacional, bem como, o direito de qualquer povo à sua auto-determinação.” (MLS, 2014)

Repare-se como a desigualdade social, que no pensamento neoliberal de Hayek e Von mises aparecia como algo até mesmo positivo ganha notabilidade como um alvo de política, contudo, de maneira nenhuma pretende-se acabar com a desigualdade social, o que continua a ser tido como algo inerente ao ser humano e impossível de superar. Considera-se que a pobreza ou riqueza de cada ser humano depende essencialmente de suas aptidões inatas, tal como a inteligência, saúde, disposição ao trabalho, ou adquiridas, como a educação, de maneira que a sorte de cada um depende de si, cabendo ao Estado atuar somente em casos muito específicos, não são feitas nenhuma referência a causas sistêmicas, sociais ou estruturais reprodutoras de pobreza. Este é um dos eixos comuns do corpo teórico social liberal, outros importantes seriam também: a afirmação do anacronismo da dicotomia entre esquerda e direita, não havendo mais espaço para discussão sobre o socialismo real ou o liberalismo puro, restando apenas um caminho que seria intermediário, retirando espaço das mudanças macroestruturais para dar ênfase nas reformas das micropolíticas; a crítica ao mercado como forma de distribuição da riqueza material, contudo, admitindo que este, apesar de seus problemas é a melhor forma de organização social já vista pela humanidade, cabendo assim ao Estado tratar de suas imperfeições, onde o ideal seria a perfeita combinação entre mercado, Estado e sociedade; também é bastante comum a perspectiva de que é preciso uma volta a ética

nos negócios, com lugar importante para a responsabilidade socioambiental das empresas - algo que beira a utopia, pois seria pedir que os empresários abandonassem a lógica do lucro, algo que não parece ser compatível com o modelo mercantil capitalista; outro aspecto está no que diz respeito ao papel central da sociedade civil como membro mais ativo da política, sendo seu papel a fiscalização tanto do mercado como do Estado, este que deveria ter um papel ativo, se afastando do conceito de “Estado mínimo”; todavia, as políticas neoliberais previstas no consenso não perdem a validade, sendo ainda um guia de política econômica. (CASTELO, 2011)

2.3 NOVO-DESENVOLVIMENTISMO

Mais fácil parece ser falar sobre o novo-desenvolvimentismo, pois, ao contrário das visões apresentadas anteriormente, esta conta com autores autodeclarados, assim como contém uma visão um tanto mais coesa por parte dos diferentes acadêmicos partidários a tal vertente, e também conta claramente com expoentes capazes de pautar o debate, como é o caso de Luiz Carlos Bresser-Pereira e João Sicsú, de forma que muito do trabalho de sintetizar e sistematizar o novo-desenvolvimentismo já foi feito por estes autores. Todavia, é certo que os economistas que trabalham partindo deste instrumental não são todos iguais, de maneira que as omissões continuam a ser inevitáveis no exercício de descrever a escola.

O novo-desenvolvimentismo surgiu como uma das respostas teóricas à crise do neoliberalismo dos anos 90, postulando-se como alternativa ao neoliberalismo e também ao “populismo” que estaria sendo praticado na Venezuela por exemplo³. No texto que é considerado como responsável por trazer à tona esta discussão Bresser-Pereira (2004) afirma:

“O resultado dessa política ortodoxa foi desastroso em toda a América Latina, enquanto países asiáticos, como a China, a Índia e a Malásia,

3 Alguns autores como CASTELO (2011) atribuem à Bresser-Pereira o rótulo de social liberal, contudo, com base no estudo realizado sobre social-liberalismo e novo-desenvolvimentismo julgou-se que, apesar de a segunda corrente ser claramente influenciada por autores como Stiglitz, existem diferenças substantivas entre as duas vertentes, de modo que julgou-se mais apropriado tratá-la como distinta do social-liberalismo.

que resistiram firmemente às pressões da ortodoxia convencional, continuaram a se desenvolver de forma acelerada.

Desenvolvimentismo é estratégia nacional de desenvolvimento. O Brasil precisa de um novo desenvolvimentismo não porque o antigo fosse equivocado, mas porque encontra-se em um estágio diferente de desenvolvimento, vive uma nova realidade, e enfrenta novos desafios.”

Para Bresser-Pereira (2004), apesar de algumas das reformas neoliberais fazerem sentido no contexto de combater as crises fiscais e da dívida externa (é importante lembrar que o próprio Bresser-Pereira foi ministro de reforma do Estado durante todo o primeiro mandato de Fernando Henrique Cardoso, sendo ele próprio responsável por muitas das reformas liberalizantes), desde os anos 80 já podiam ser entendidas como tentativas de debilitar os Estados nacionais dos países “em desenvolvimento”. Por isto seria necessário libertar-se da ortodoxia convencional (aqui plasmada como neoliberalismo). O país precisaria por isto de uma nova estratégia de desenvolvimento, inspirada em muito no “velho-desenvolvimentismo”, escola que é representada principalmente por teóricos que escreveram no âmbito da CEPAL nos anos 50, 60 e 70 como por exemplo Raul Prebisch, Aníbal Pinto, Oswaldo Sunkel, e o que é considerado seu maior expoente no Brasil, Celso Furtado. Contudo, algumas das premissas básicas sobre as quais trabalharam os cepalinos não mais estariam presentes na realidade latino-americana, por isto sendo necessária uma atualização de seu pensamento.

De acordo com Bresser-Pereira (2011), em texto posterior sobre o mesmo tema, no então do surgimento das teorias desenvolvimentistas os países da região ainda passavam por suas “revoluções burguesas”, ou seja, ainda eram países pobres, com mercados incompletos, hoje estes países já são “países de renda média”, principalmente Brasil, Argentina, Chile, Costa Rica, Uruguai e México, ou seja, os países mudaram assim como mudou o mundo em que estão inseridos. Assim sendo, o autor identifica oito proposições que seriam capazes de resumir o pensamento da “velha CEPAL”: i) a tendência à deterioração dos termos de intercâmbio; ii) o papel central do Estado na promoção do desenvolvimento econômico; iii) o caráter estrutural do desenvolvimento que não ocorre com qualquer combinação de setores, mas da transferência de mão de obra para setores com valor agregado per capita mais alto; iv)

o entendimento do subdesenvolvimento não como um estágio prévio de desenvolvimento, mas como um resultado da subordinação da periferia aos países que originariamente se industrializaram; v) a oferta ilimitada de mão de obra, que pressiona para baixo os salários e causa insuficiência de demanda e de oportunidades de investimento lucrativas para os empresários; vi) a tese da indústria infante, que justificava a proteção tarifária à indústria manufatureira e o modelo de industrialização substitutiva de importações; vii) a convicção de que a inflação no mesmo nível dos países ricos era pouco provável devido às imperfeições do mercado, principalmente devido à resposta lenta da oferta de alimentos aos aumentos da demanda; viii) e a crença de que os países latino-americanos não dispunham da poupança necessária para financiar o desenvolvimento e que a elasticidade-renda de suas importações era maior do que a elasticidade-renda nos países ricos de suas exportações de bens primários. Destas oito teses, pelo menos 5 continuam válidas, e as únicas 3 que não mais se enquadram a realidade são: a tese da indústria infante, esta ainda poderia ser válida nos países da região, mas nos de “renda média” a industrialização já estaria completa, não mais fazendo sentido um protecionismo amplo; a tese da inflação estrutural, pois as falhas de mercado que a causavam não mais existem, pois o mercado de alimentos já se encontra plenamente desenvolvido em sua forma capitalista; e a tese que seria necessária poupança externa para financiar o desenvolvimento, pois os déficits em conta-corrente, que causavam necessidade de financiamento externo, são causados pela apreciação cambial crônica, que por sua vez é fruto de uma estratégia de desenvolvimento baseada na poupança externa. Além disto, o autor acrescenta cinco proposições: a de que a taxa de câmbio deve manter-se em um nível competitivo, leia-se, desvalorizada, a fim de estimular a poupança interna e o investimento; existe uma tendência a sobrevalorização cíclica da taxa de câmbio, que causa baixa demanda para exportações; há, nas economias em desenvolvimento, doença holandesa, apreciando cronicamente a taxa de câmbio, e assim impedindo a industrialização, ou seja, um setor da economia, normalmente commodity, obtêm um saldo comercial muito elevado em balanço de pagamentos, fazendo com que o câmbio se aprecie acima da taxa de câmbio de equilíbrio industrial, que é aquela propícia para

o desenvolvimento dos setores que atuam na fronteira tecnológica, e assim dificulte diversificação produtiva; a política de déficit em conta-corrente aumenta mais o consumo que os investimentos; o equilíbrio fiscal e externo são fundamentais.

Outras referências importantes para os novo-desenvolvimentistas, são, sem dúvida, Keynes, alguns teóricos contemporâneos como Stiglitz e a “nova CEPAL”, e também, em grande medida, as experiências asiáticas. Daí é extraída a tese de que é necessário um Estado forte para que se tenha um mercado forte, negando assim o Estado mínimo. O Estado deve ser capaz de adotar políticas defensivas e expansionistas, ou seja, defendendo o país de vulnerabilidade externa, buscando uma melhor inserção internacional assim como mantendo níveis de pleno emprego dos fatores de produção. Segundo SICSÚ (2007-a):

“Sem um Estado forte, monopólios tendem a se estabelecer, trazendo para os empresários a sensação de lucro fácil e de descaso com a necessidade de redução de preços e melhoria da qualidade de sua produção. Sem um Estado forte, o mercado será anêmico – conformando uma situação em que os empresários se acomodam e perdem o ímpeto revolucionário da inovação, da redução de custos e da melhoria da qualidade das mercadorias que produzem.[...]”

Contudo, é importante ressaltar que não é feita nenhuma crítica ao mercado em si, inclusive considera-se importantíssima a concorrência, que dá caráter dinâmico e revolucionário ao capitalismo, mas, ao fazer críticas às falhas de mercado deixa-se explícita a necessidade de intervenção estatal. Para isto seria necessária uma reforma do setor público, de maneira a profissionalizar os gestores governamentais, deixando seu comportamento mais próximo ao de gestores privados, para que suas práticas sejam mais transparentes, autônomas e responsáveis perante a sociedade. Também é importante a descentralização do poder estatal, transferindo certas responsabilidades a agências, governamentais ou não, autônomas ou semiautônomas, porém sempre mantendo as principais decisões de políticas públicas no âmbito das instituições democraticamente eleitas. (SICSÚ, 2007-a)

No pensamento novo-desenvolvimentista, Estado forte de maneira nenhuma quer dizer Estado intervencionista, ou Estado produtor. De acordo com Sicsú

(2007-a) o protecionismo tarifário sem perspectiva de fim não estimulou as empresas nacionais, que criaram uma mentalidade protecionista. O Estado deveria sim, sustentado por uma estratégia nacional de desenvolvimento, promover o progresso técnico, os mecanismos de financiamento e investimento com poupança doméstica, a redução das vulnerabilidades provenientes do mundo “globalizado”, e também a promoção de instituições propícias ao desenvolvimento, tal qual as escolas e universidades geradoras de capital humano. Além disto, o Estado deveria buscar maneiras de blindar a conta-capital, de forma a prevenir crises de balanço de pagamentos, dando maior estabilidade à economia brasileira, de modo a tornar possível o crescimento econômico com equidade social. Bresser-Pereira (2011) chama atenção para o fato de o mercado ser “eficiente para coordenar sistemas econômicos” contudo este têm limitações, pois é pouco eficiente para estimular investimentos, melhoras tecnológicas e para controlar as instabilidades financeiras, assim como para redistribuir a renda gerada socialmente, cabendo ao Estado atuar nestas falhas. Enfatiza ainda que é papel do Estado promover um modelo exportador, já que a substituição de exportações seria uma fase ultrapassada, tendo duas grandes vantagens, a mão de obra barata e a capacidade de copiar tecnologia, assim como, neste modelo, haveria uma forma de mensurar a capacidade das indústrias, de modo que somente as capazes de exportar fossem alvo das políticas industriais. O Estado ainda deveria realizar poupança forçada, porém a tarefa de investimento não é mais dele, pois o setor privado já estaria capacitado para tal, salvo em raras exceções. Tampouco o protecionismo comercial é desejável, contudo, seria papel dos governantes buscar acordos de abertura com contrapartidas, não sendo viável a abertura indiscriminada. A flexibilização trabalhista também é desejável, porém, com ressalvas aos moldes neoliberais, buscando uma aproximação ao modelo originalmente escandinavo, chamado flexissegurança.

Outra “herança” keynesiana dos novo-desenvolvimentistas é a atenção a demanda agregada como foco principal do modelo. Segundo Bresser-pereira (2011):

“A macroeconomia estruturalista do desenvolvimento parte do pressuposto keynesiano de que os principais estrangulamentos ao

crescimento e ao pleno emprego estão do lado da demanda. O lado da oferta é naturalmente também fundamental — principalmente a educação, o progresso técnico, uma boa infraestrutura — mas o problema fundamental está em aproveitar os recursos disponíveis através de investimentos que também aumentam a capacidade de oferta do país.”⁴

Duas tendências estruturais, com base nas características apontadas, assolariam as economias “em desenvolvimento”: a tendência do salário real crescer menos que a produtividade e a tendência a sobrevalorização cíclica da taxa de câmbio. A primeira causada pela oferta ilimitada de mão de obra, que impediria que houvessem projetos lucrativos aos empresários, e restringiriam o crescimento dos salários, sendo que um crescimento salarial de mesmo montante que a produtividade é compatível com lucros em patamares desejáveis desde que o progresso técnico seja neutro. A segunda, parte da premissa que de são as crises de balanço de pagamentos que determinam os ciclos do câmbio e não o mercado, o ciclo se inicia em uma crise cambial, que deprecia o câmbio violentamente, que depois é puxado para cima pela doença holandesa e pelos fluxos de capitais atraídos pelas elevadas taxas de juros e lucros, levando, mais uma vez, ao déficit em conta-corrente, que, em conjunto com políticas que seriam recorrentes (populismo cambial, ancora inflacionária cambial, crescimento com poupança externa e aprofundamento financeiro) continuariam a apreciar o câmbio, agravando cada vez o déficit em conta-corrente, até o momento em que os credores percam a confiança e parem de refinarciar a dívida, causando a nova crise de balanço de pagamentos. Seria de fundamental importância neutralizar esta tendência, pois uma taxa de câmbio competitiva põe a disposição dos capitalistas locais capazes de exportar o mercado externo, e assim estimularia os investimentos, principalmente nas empresas que estão na fronteira tecnológica, e também, a formação de poupança interna, o que

⁴ Fernando Nogueira da Costa (2012-a) chama atenção para o fato de não somente ser importante, para os novo-desenvolvimentistas, a demanda agregada até alcançar-se o pleno emprego, mas também para o incremento de fatores de produção. O motivo disto é que os bens de capital são produzidos dentro do sistema, e por isto, não podem ser exógenos, de forma que demanda agregada e oferta agregada estão correlacionados. A disponibilidade de capital depende de decisões passadas acerca o investimento, que por sua vez depende das expectativas quanto a demanda agregada e custo de capital, desta forma, o determinante último do crescimento é a demanda agregada.

não ocorreria em uma taxa de câmbio de equilíbrio corrente, pois em países que sofrem de doença holandesa esta taxa é sobreapreciada e limita a competitividade mesmo das empresas qualificadas. A maneira correta de fazer esta neutralização seria taxando a exportação das commodities, pois desta maneira estes setores não mais serão viáveis em “equilíbrio corrente”, mas o serão em “equilíbrio industrial”, de maneira que haverá uma pressão sobre o câmbio para estabilizar-se em “equilíbrio industrial”, viabilizando os setores que atuam na fronteira tecnológica. O ideal seria que o recurso proveniente do imposto não fosse utilizado para gasto corrente pelo Estado, mas sim colocado em um fundo soberano, qual deveria ter alguma parcela destinada a políticas sociais, a fim de amenizar as perdas salariais causadas pela desvalorização cambial, e outra destinada a um fundo de estabilização de commodities agropecuárias, pois, devido à instabilidade de seus preços, haverá momentos que, mesmo com imposto zerado e câmbio em equilíbrio corrente, a produção não se viabilizará, devendo por isto ser subsidiada. O fundo soberano não deverá ser utilizado em sua maioria para que não se pressione a taxa de câmbio, e assim mantendo o equilíbrio industrial, de maneira que o país passaria a ter superavit em conta-corrente e superavit fiscal, ambos desejáveis, pois déficit em conta-corrente aprecia o câmbio, que diminui expectativas de lucro, e por consequência o investimento, logo, a poupança externa substitui a interna, também o câmbio apreciado eleva artificialmente os salários, diminuindo os lucros e estimulando o consumo, logo restringindo a poupança interna. O déficit fiscal por sua vez gera dependência externa e inflação, além de enfraquecer o Estado. (BRESSER-PEREIRA, 2011, 2012 - a)

Segundo Sicsú (2007-a), é de extrema importância, na visão novo-desenvolvimentista, a manutenção de um ambiente estável para criar investimentos, assim como aumentar o nível de demanda agregada, direcionando os investimentos para o setor produtivo, e não para a acumulação de ativos. Este objetivo é tido como estabilidade macroeconômica, que vai além da estabilidade monetária. Mais do que o controle da inflação, deve-se reduzir as incertezas quanto a demanda agregada futura, necessitando uma maior coordenação das políticas fiscal, cambial, salarial, monetária, etc, buscando compreender seus efeitos em conjunto. A manutenção da taxa de câmbio

de equilíbrio industrial é um pilar da estabilidade macroeconômica. Bresser-Pereira (2011) ainda frisa o papel do equilíbrio fiscal, entendido como superavit nominal e não primário, com o objetivo de reduzir as taxas de juros. Assim sendo, não se deve dar um grau maior de autonomia ao Banco central, mas sim incumbi-lo de novas funções: além da já estabelecida meta de inflação deveria haver também metas de emprego e de taxa de câmbio, e para isto não contaria somente com a taxa de juros, qual deveria ser mantida baixa, mas também com a administração cambial, entre outras.⁵

Estas medidas têm em si o objetivo de promover o setor industrial de ponta, pois é neste que está a competitividade capaz de levar ao crescimento econômico e à incorporação do progresso técnico e consequente aumento de produtividade, indispensáveis para possibilitar a equidade social. Embora a capacidade de inserção internacional favorável dependa da capacidade de acompanhar o progresso técnico, para os países que não estão na fronteira tecnológica é mais fácil absorver tecnologia externa que produzir pioneiramente um polo endógeno de desenvolvimento tecnológico, por isto é de extrema importância que haja políticas de facilitação de incorporação tecnológica aos processos produtivos. A isto se somam uma política industrial abrangente, que vise o aumento de produtividade para uma inserção externa legitimamente competitiva, através do fortalecimento da base empresarial nacional, busca pela competitividade nos setores de maior valor agregado, desenvolvimento de infraestrutura buscando maior produtividade sistêmica, desenvolvimento de um setor endógeno de criação de tecnologia, qualificação da mão de obra, etc. (SICSÚ, 2007-a) É importante frisar que, apesar do novo-desenvolvimentismo ser contra os déficits em conta-corrente, são favoráveis aos investimentos diretos externos (desde que não sejam usados para financiar tais déficits) pois são forma de absorção de tecnologia (BRESSER-PEREIRA, 2011).

Projeto de tal magnitude não pode ser levado adiante, na visão dos novo-desenvolvimentistas, sem que haja um projeto nacional que o impulse. Cabe a

⁵ Cabe dizer que segundo Feldmann (2013) os novo-desenvolvimentistas consideram que a alta taxa de juros brasileira não teria outro motivo de ser se não as pressões do mercado financeiro.

nação, com uma coalizão de classes minimamente estável, traçar um projeto de desenvolvimento e levá-lo adiante, não basta que hajam as instituições garantidoras da propriedade privada, que seriam fundamentais, mas não suficientes para o desenvolvimento do país, é necessário que haja uma estratégia para a defesa do capital e do trabalho nacionais, frente a terceiros, pois, a história conta que não se avança neste processo sem núcleos endógenos de desenvolvimento. Trata-se pois, não de se isolar do resto do mundo, mais sim de buscar uma inserção mais soberana no processo chamado globalização. (SICSÚ, 2007-a)

Tendo-se em vista o exposto, resumidamente podemos definir o novo-desenvolvimentismo como uma corrente que se postula como alternativa ao neoliberalismo e também ao “populismo” (socialismo do século XXI), surgida no Brasil por volta de 2004 e que vem sendo lapidada desde então. Suas principais influências são o keynesianismo, o nacional-desenvolvimentismo cepalino, autores social-liberais como Stiglitz e a “nova CEPAL” e através destes o próprio neoliberalismo. A “boa política” segundo os novo-desenvolvimentistas passaria por: administrar o câmbio de forma que este se mantenha em um nível de equilíbrio industrial, leia-se desvalorizado, sendo necessário para isto a neutralização da doença holandesa e a busca por superávits em conta-corrente; superávits fiscais nominais, de forma a reduzir a taxa de juros, controlar a inflação e fortalecer o Estado; elevação dos salários ao mesmo nível da produtividade, neutralizando a tendência estrutural de crescimento dos salários abaixo da produtividade; papel ativo do Estado, mas não em detrimento do mercado, pois Estado forte leva a mercado forte, o que não quer dizer Estado interventor ou produtor, mas sim um Estado Regulador, que teria o papel de distribuir a renda, manter o equilíbrio macroeconômico, investir em infraestrutura, capacitar a mão de obra, facilitar a incorporação do progresso técnico, criar núcleos endógenos de desenvolvimento da técnica, entre outros, para isto sendo necessário sua descentralização e profissionalização; também é boa política a manutenção de um modelo voltado às exportações, tornando foco da política industrial somente as empresas capazes de exportar; liberalização comercial, porém, negociando-se contrapartidas recíprocas; e a blindagem da conta capital. Cabe assinalar que estas

políticas deveriam ser levadas a cabo no âmbito de um projeto nacional de desenvolvimento, por sua vez sustentado por uma coalizão entre as diferentes classes sociais internas. Veja-se também que, mesmo reivindicando a equidade social, admite-se que a desvalorização cambial pode levar, no curto prazo, a queda dos salários reais, que seriam recuperados no médio prazo, assim como, a política social, apesar de não ser demonizada, seria prejudicada na práxis pela política fiscal ainda mais restritiva que nos moldes neoliberais.⁶

2.4 SOCIAL-DESENVOLVIMENTISMO

Outra corrente de pensamento que concorre ao posto de desenvolvimentista no Brasil é a social-desenvolvimentista. Esta por sua vez é menos homogênea que o novo-desenvolvimentismo, e ainda carece de uma maior inserção acadêmica, tendo seu principal meio de crescimento os debates partidários e políticas governamentais (CARNEIRO, 2013). A princípio, haveria uma quantidade de pontos relevantes de concordância entre os social-desenvolvimentistas e os novo-desenvolvimentistas. Fernando Nogueira da Costa (2013) chama atenção para as similitudes: a visão de nacionalismo como forma de integrar o território socialmente; a atualização das formas de intervencionismo; o apoio a volta de uma agenda de política industrial; a importância dada a ecologia e; o apoio a integração regional. Contudo, este mesmo autor mostra que existem divergências importantes, como, por exemplo, a não aceitação do modelo exportador, que privilegiaria a indústria, pois, em um país de tamanha diversidade produtiva seria necessário se afirmar como potência também nos

6 Sobre isto, Carneiro (2013) chega a afirmar que “[...] A proposta dos autores faz uma diferença muito marcada entre o gasto corrente e o investimento, porquanto este último teria importância maior para a sustentação do crescimento via estímulo e complementariedade com o investimento privado. Em contrapartida, esquecem-se de dar a ênfase necessária ao gasto corrente e às transferências e a seu papel crucial na redistribuição da renda e, portanto, à aceleração do crescimento via ampliação do multiplicador. A omissão do papel do Estado como elemento crucial na redistribuição da renda é uma constante nesses autores.”, o próprio Bresser-Pereira (2012 - b) diz: “Entretanto, uma parcela dos economistas brasileiros defende uma estratégia de crescimento *wage-led*, [os social-desenvolvimentistas] baseada no aumento dos salários. Preferem conviver com a sobreapreciação cambial existente, porque o custo de se colocar a taxa de câmbio no nível de equilíbrio (a do equilíbrio industrial, que torna competitivas as empresas industriais eficientes) implicará alguma redução dos salários reais e em aumento da inflação (ambos temporários). [...]”

setores primários; outro exemplo é a discordância quanto à demanda agregada como determinante último da oferta agregada, já que, no longo prazo a oferta agregada e demanda agregada não seriam interdependentes. Além da ênfase exagerada dada pelos novo-desenvolvimentistas a questões macroeconômicas, em especial a taxa de câmbio (DA COSTA, 2013).

O termo social-desenvolvimentismo foi plasmado pelo ministro Guido Mantega, ainda em 2007, ao afirmar que:

“Eu chamo esse novo ciclo de social-desenvolvimentismo porque é um crescimento que ocorre concomitantemente ao aumento da renda da população, aumento do poder aquisitivo e fortalecimento do mercado de massa. É um novo tipo de crescimento que o Brasil nunca trilhou” (MANTEGA, 2007)

Para os social-desenvolvimentistas, o foco principal das políticas deveriam ser, primeiro o desenvolvimento social, e depois, mas também importante, o crescimento econômico⁷. Ou seja, considera-se, por parte dos autores desta vertente, que há uma inversão de prioridades em comparação aos novo-desenvolvimentistas e mesmo aos “velho-desenvolvimentistas”, enquanto para estes seria necessário primeiro o desenvolvimento do aparato produtivo para que isto possibilitasse o aumento da qualidade de vida da massa da população, para os social-desenvolvimentistas a parte social é importância primeira, e o crescimento econômico importância segunda, de forma que, a reestruturação produtiva deve ser levada a cabo somente em níveis em que for compatível com o desenvolvimento social. Bielschowsky (2013), um dos expoentes do social desenvolvimentismo, afirma que há um ciclo virtuoso, onde o aumento do consumo causa o aumento dos investimentos, que por sua vez aumentam a produtividade graças aos novos equipamentos, e por isto maior competitividade, inovação, conhecimentos economias de escala, etc, o aumento na produtividade levaria ao aumento dos salários, dos gastos sociais, dos lucros e a diminuição do preço dos bens e serviços, assim novamente aumentando o consumo, que aumenta os investimentos, e assim segue. Justificando desta forma a distribuição de renda como

⁷ Segundo Fernando Nogueira da Costa (2012-b), o Desenvolvimento seria igual o crescimento econômico mais a política social. Para os social-desenvolvimentistas cabe ter um crescimento um pouco menor para que não se pare as políticas sociais.

centro de política econômica. Carneiro (2013) chama atenção para o fato de que esta estratégia dependeria de condições fiscais favoráveis e de suavização das restrições externas. Quanto a esta última, postula-se que ela seria mitigada pelo próprio perfil de crescimento, pois, devido a distribuição de renda o padrão de consumo dela derivado teria baixa elasticidade renda das importações, por isto demandando uma quantidade relativamente menor de divisas, além disto a melhora da competitividade das indústrias e o aumento da base produtiva levariam ao aumento das exportações, também o crescimento dos setores intensivos em recursos naturais poderiam atenuar tal limitante. Assim sendo, para que tal estratégia funcione é preciso uma melhora gradual e continuada da distribuição funcional da renda, sendo por isto necessário o aumento real do salário-mínimo acima da produtividade e a disseminação e ampliação do crédito, tudo tendo em vista a ampliação do consumo, contando para isto com o auxílio das políticas sociais, a regulação do mercado de trabalho e a política tributária. É preciso atentar-se que esta estratégia, segundo o autor, esbarraria, pelo lado da distribuição funcional da renda, em uma margem de lucro mínima que as empresas deveriam ter, desta forma, quando se atingisse tal ponto, os salários teriam de começar a subir somente em conjunto com a produtividade. Já pensando no crédito, o limite seria a elevada taxa de juros conjuntural e a concentração temporal da demanda advinda da necessidade de reposição de bens duráveis.

Bielschowsky (2013) não acredita somente no consumo de massa como motor do desenvolvimento, mas também na forte demanda pelos recursos naturais que temos em abundância e nas perspectivas favoráveis sobre a demanda por investimentos em infraestrutura, tanto por parte do setor privado como do público. Estes motores deveriam ser devidamente “turbinados” pelo progresso técnico e pelo encadeamento produtivo para que pudessem gerar impactos de longo prazo. No caso do aumento da distribuição de renda e seu respectivo ciclo virtuoso, seria importante que não só o consumo fosse realizado internamente, mas também boa parte da produção dos bens finais, assim como os encadeamentos produtivos, o que será bastante possível no setor de alimentos e nos serviços, e ainda uma incógnita referente ao setor industrial. No tocante aos recursos naturais, não só a abundância faz do Brasil

uma potência, mas também o domínio tecnológico que o país vem conseguindo sobre os setores demandantes de tais recursos, como mostra a extração de petróleo da camada pré-sal, a ocupação agrícola do cerrado, etc, contudo, seria necessário cuidado para que estes setores não se tornem enclaves, sem deixar rastros em termos de renda e de emprego, seria ideal que também a maquinaria e os insumos fossem produzidos aqui, pois em geral, setores baseados em recursos naturais geram poucos empregos⁸. Três seriam os principais desafios correspondentes ao Brasil para aproveitar deste motor: a compra de terras por parte de potências estrangeiras, a fim de extrair o bens provenientes da natureza daí; a sustentabilidade ambiental, que tende a ser de mais difícil administração daqui para frente e; por fim, a apropriação por interesses privados dos ganhos conseguidos através dos recursos naturais brasileiros. Sobre o terceiro motor, os investimentos autônomos, estes geram uma quantidade grande de empregos e renda, assim como externalidades ao setor privado, possibilitando, por isto, o aumento do investimento privado, todavia, assim como nos outros casos, sua eficiência depende dos encadeamentos que propicia. Nos últimos anos haveria uma tendência ao aumento dos investimentos, puxados principalmente pelo setor público, e, mesmo sabendo-se da dificuldade de um processo deste se manter, haveria razões para o otimismo, dentre elas o PAC (Programa de Aceleração do Crescimento), a recuperação dos serviços de engenharia do país, que estiveram estagnados durante muito tempo e o aumento de meios de financiamento, público e privado, dos investimentos, tal como BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), “Minha casa Minha vida”, sofisticação do mercado de capitais, etc. Falando-se das turbinas, a inovação ainda não pode ser um motor de expansão por si mesma por que o Brasil ainda não tem empresas focadas na formação endógena de tecnologia, contudo, continua sendo de extrema importância para um processo de desenvolvimento, pois, gera ganhos de produtividade, competitividade e redução de custos, sendo vital para praticamente todos os setores da economia, ademais disto podem fazer surgir novos ramos de

8 Neste ponto mostra-se uma inconsistência no social-desenvolvimentismo, pois, ao mesmo tempo que admite-se a importância de se ter uma indústria interna, assume-se também que não é possível saber o que passará nos setores industriais mais pesados, porém não parece haver uma teorização mais profunda sobre isto.

atuação, tal como o pré-sal, as inovações tecnológicas poderão também potencializar os encadeamentos produtivos, ampliando as cadeias em setores de progresso técnico mais acelerado.

Sobre os motores do crescimento, Carneiro (2013) coloca que, como o crescimento puxado pelo consumo tem limites, é necessário a migração de estratégia do motor consumo para os outros dois motores, em especial para o investimento autônomo, onde claramente haveria uma demanda reprimida no Brasil. Convém separar o investimento econômico do social: no primeiro, convém que os investimentos sejam levados pelo setor privado, auxiliados pelo Estado, a quem caberia a função de reduzir as incertezas e prover financiamentos de longo prazo. Na segunda, os investimentos ficariam completamente a cargo do Estado, de forma que a capacidade de financiamento público pode ser determinante para que haja uma suficiente elevação dos gastos em infraestrutura social, ou seja, este ponto pode encontrar nos limites fiscais uma barreira.

Desta forma, a estratégia social-desenvolvimentista pode ser compreendida em quatro eixos, todos complementares e que devem ser levados concomitantemente, em maior ou menor grau. São eles: a melhoria na distribuição de renda; ampliação na infraestrutura econômica e social; a reindustrialização, por meio do aumento das cadeias produtivas e; o crescimento do setor intensivo em recursos naturais. (CARNEIRO, 2013)

De acordo com Feldmann (2013), o grande diferencial entre o social-desenvolvimentismo e o novo-desenvolvimentismo é a importância que se dá ao mercado interno, em detrimento do mercado externo. Não seriam as exportações o grande motor do crescimento, mas sim os investimentos privados, os gastos autônomos do governo e o consumo de massas, que seriam potencializados na medida em que o multiplicador keynesiano fosse aumentado por conta da distribuição de renda. A visão de que as exportações deveriam impulsionar o crescimento estaria pautada em uma visão estática do Brasil, que não levaria em consideração o progresso técnico, a criação de novos mercados, o encadeamento produtivo e o possível aprofundamento da integração regional, além disto, evidências empíricas demonstrariam que as

exportações industriais não poderiam ser motor primordial de crescimento, mas somente complementar. Ademais disto, os social-desenvolvimentistas aparentemente são menos hostis à ideia de proteção comercial a ao argumento listiano de indústria nascente, também quanto a questão distributiva e sobre a participação do Estado nos investimentos o discurso social desenvolvimentista é mais enfático, posicionando-se favoravelmente de maneira mais clara e veemente.

Ainda segundo Feldmann (2013), as ideias social-desenvolvimentistas lembram os “controles centrais” postulados por Keynes. Ou seja, três medidas que deveriam ser tomadas concomitantemente para produzir efeitos de crescimento, que seriam os controles centrais, a saber: distribuição de renda, que impulsionaria o consumo, o emprego e a renda ao mesmo tempo que aumentaria o grau de justiça social; socialização dos investimentos, isto é, participação estatal mais firme nas lacunas deixadas pelo mercado no que diz respeito ao estoque de capital e; a “eutanásia” aos rentistas, redirecionando paulatinamente o sistema de forma a não restar mais lucos advindos puramente da posse de capital. Deste modo, a ideia de um “sistema econômico nacional” advindo dos ceplinos se mostra mais presente no social-desenvolvimentismo. A aliança de classes que deveria levar a cabo tal projeto deveria ser entre os empresários voltados ao mercado interno, a classe trabalhadora e o Estado, este mais atuante que na versão novo-desenvolvimentista. Tal aliança teria como adversários os rentistas, porém seria um tanto mais aberta ao protecionismo para enfrentar a concorrência externa.

Apesar de a priori esta corrente aparentar ser a que mais tem similitudes ideológicas com o segundo governo Lula, deve-se atentar para o fato de que, na verdade é muito improvável que tenha influenciado o pensamento dos *policy makers* de então, pois, apesar de o termo ter sido plasmado em 2007, por Guido Mantega, a corrente se encontrava bastante imatura neste então. Segundo Biancarelli (2013), estaria nas 15 teses, advinda da Rede Desenvolvimentista, documento de 2011, a origem do social desenvolvimentismo brasileiro. Fernando Nogueira da Costa (2012-b) chega a afirmar que o social desenvolvimentismo é típico da “geração PT”. Pensando-se nestes termos, torna-se evidente que não foi o social desenvolvimentismo

que influenciou o PT, mas sim o PT que influenciou o social-desenvolvimentismo. Assim sendo, para o escopo deste trabalho, deve-se ter em mente que qualificar o segundo mandato do presidente Lula como social-desenvolvimentista seria incorrer em anacronismo.

CAPÍTULO 3 – AS POLÍTICAS ECONÔMICAS DO GOVERNO LULA

Como foi visto no primeiro capítulo, existe um intenso debate sobre como se deve caracterizar a política econômica do governo Lula, principalmente no que se refere ao segundo mandato, com um conjunto de autores identificando muitas rupturas, e outros por sua vez vendo um grau maior de continuidades. Assim sendo, cabe fazer uma análise do conjunto de políticas de forma a caracterizá-las como mais afinadas ao pensamento de alguma das escolas vistas no capítulo anterior, postuladas como principais candidatas ao papel de influentes sobre a política.

Esta tarefa se torna especialmente difícil por dois motivos principais. Primeiro, não há registro de nenhum governo na história que tenha seguido fielmente uma corrente e pensamento, qualquer que fosse, sem que houvessem decisões embasadas em correntes diversas ou simplesmente no pragmatismo e às vezes até mesmo no senso comum. O que motiva tais atitudes é o fato de o governo ser permeado por diversas pessoas, com diversos pensamentos, todas com aberturas variadas as diferentes correntes ideológicas. Além disto, não se pode desconsiderar o fato de que o Estado não é alheio à sociedade, assim sendo não pode comportar-se como um ente superior movido por uma racionalidade pura. Ele é sim permeado por interesses, tanto pessoais como de classe, de modo que o produto, em termos de política, de um governo qualquer que seja, depende não só da teoria econômica, mas também da coalizão de classes que legitima e sustenta tal governo.

Um segundo aspecto que dificulta a análise a ser realizada é o fato de que as teorias econômicas, neoliberal e as que se postulam como alternativa, são bastante parecidas entre si. Nos quatro exemplos vistos – neoliberal, social-liberal, novo-desenvolvimentista e social-desenvolvimentista - o mercado é considerado a forma mais eficiente de produção e distribuição da riqueza material; o respeito aos contratos e a propriedade privada tem papel central; o Estado provedor ou produtor é visto com maus olhos; as barreiras ao comércio internacional são tidas como ruins; o argumento da “indústria infante” é aceito somente em casos muito específicos e

somente por alguns autores; a política fiscal deve ser restritiva (postura radicalizada pelos novo-desenvolvimentistas, que defendem superávit nominal ao invés de primário); os IDE deveriam ser estimulados; o papel do Estado, em termos de investimento, deve ser limitado a infraestrutura, saúde e educação. Além disto, dentre as vertentes que se apresentam como alternativas ao neoliberalismo também há uma quantidade significativa de semelhanças: as políticas sociais recebem tratamento marginal, devendo ser implementadas somente de maneira focalizada, sempre exigindo-se contrapartidas por parte dos recebedores; a educação é tida como ferramenta mais eficiente para a redução da pobreza; o Estado deve atuar regulando a economia; e há ênfase na tese de que é preciso Estado forte para se ter um mercado forte.

Desta forma, mais do que identificar-se a existência ou não de ruptura durante o segundo mandato do presidente Lula, percebe-se a origem de tal controvérsia. Como muitas vezes as políticas se apresentam ambíguas e as correntes teóricas que se postulam como guias são bastante parecidas, torna-se possível a caracterização deste determinado período histórico de maneiras múltiplas. Buscando-se aclarar tal ponto, é necessário ver com mais detalhes as políticas praticadas no transcorrer do período. Isto abre algumas possibilidades aos analistas: é possível fazer cortes temporais explícitos, o que tende a levar ao entendimento de que existem mudanças profundas que motivam o corte, ou fazer uma narrativa mais corrida, o que muitas vezes tem por trás de si o entendimento de continuidade durante o período. O que se buscou para este trabalho foi uma alternativa, sem grandes rupturas, pois não há o entendimento de que existe um momento no tempo em que houve uma mudança radical, porém também evitando-se uma narrativa que desse a impressão de que o governo foi o mesmo do princípio ao fim, para isto pontuando algumas discontinuidades que podem ser identificadas no período. Veja-se com mais detalhes o comportamento das políticas durante o período.

No início de seu primeiro mandato, dada a turbulência em que se encontrava a economia, as medidas adotadas foram tão ortodoxas quanto possível. O país havia registrado uma inflação de 12,5% (IPCA), as reservas internacionais se encontravam em níveis muito baixos, cerca de 37,8 bilhões de dólares, dos quais 20,8

bilhões eram referentes a um empréstimo do FMI; a dívida líquida do setor público chegava a 51,3% do PIB; o real acabara de sofrer uma forte desvalorização, passando de 2,32 reais por dólar em dezembro de 2001 para 3,53 reais por dólar em dezembro de 2002; além disto a entrada líquida de capitais passou, também de 2001 para 2002, de 27 bilhões de dólares para 8 bilhões de dólares (BARBOSA E SOUSA, 2009). Muitas destas instabilidades são fruto da própria ascensão das chances do PT chegar ao poder, o que por medo ou por retaliação, afastava os investidores estrangeiros, causando massiva saída de capitais especulativos, deflagrando a queda no câmbio e aumento da inflação. Contudo, há de lembrar-se que o Brasil já havia passado por uma grave crise em 1998, estava em uma situação muito frágil do ponto de vista externo e já no ano de 2001 a inflação registrada fora de 7,67%, fatos que não podem ser atribuídos ao “efeito Lula”. Ademais disto, a crise financeira argentina, em 2001, causou desconfiança generalizada sobre o continente latino-americano, também influenciando na situação macroeconômica brasileira. A resposta petista a tal situação foi o aumento da taxa de juros a patamares ainda mais elevados, chegando, já em março, a 26,5% de juros nominais, que representava um nível de 16,4% de juros reais de acordo com a projeção inflacionária do período. O governo, além disto, assumiu o compromisso de obter um superávit primário de 4,25% do PIB, e não mais 3,75% como no período anterior, valor ainda maior do que o recomendado pelo FMI e, para atingir-se esta meta, a formação bruta de capital fixo da administração pública recuou 0,5% do PIB este ano. Foi um claro sinal ao mercado financeiro de que o governo não estava disposto a suspender o pagamento da dívida pública, tampouco se comportaria como “populista”, gastando mais do que arrecada de forma “irresponsável”. Também nesta linha, ainda em 2003 foi feita uma reforma previdenciária, que tinha por objetivo declarado resolver o problema de déficit causado principalmente pelo funcionalismo público. As medidas foram a instituição de idade mínima para a aposentadoria dos funcionários públicos federais, em 55 anos para mulheres e 60 anos para homens, a elevação do valor teto para contribuição ao INSS (Instituto Nacional de Seguridade Social) e a instituição da contribuição de 11% sobre os servidores inativos. O resultado conjunto de tais medidas foi a queda na inflação, que ainda se manteve em 9,3%, e a reapreciação da taxa de

câmbio. Contudo, o preço foi pago tanto em desemprego quanto em investimento e crescimento: a taxa de desemprego nas regiões metropolitanas rondou os 12% durante todo o ano, atingindo um valor máximo de 13%; a formação bruta de capital fixo, que já havia caído de 18% para 16,2% do PIB em 2002 continuou caindo, chegando a 15,7% em 2003; o crescimento do PIB atingiu a marca de 1,15%; além disto, neste ano o salário mínimo nominal teve incremento somente para cobrir as perdas inflacionárias, de modo que o salário mínimo real, no mês do reajuste, ficou praticamente no mesmo nível do ano anterior. A conta de capitais e financeira continuou em baixa e a balança de pagamentos não ficou negativa por conta de uma melhora na balança comercial, provavelmente fruto do nível do câmbio, que apesar da valorização ainda continuou em níveis relativamente depreciados, e também do impulso vindo do comércio internacional. A balança comercial, alias, foi uma importante alavanca para fazer com que o PIB começasse a se recuperar em 2004, além disto, a diminuição da pressão inflacionária levou o banco central a diminuir os juros básicos, já no final de 2003, para cerca de 16,5%.

No ano de 2004 a taxa de juros nominal permaneceu próxima aos 16% e a inflação desacelerou para 7,6%, o câmbio permaneceu relativamente estável. Deste modo, houve um boom de crédito, impulsionado pelas taxas de juros reais “baixas” (se comparadas aos períodos cercanos) e também por algumas reformas institucionais, como a nova lei das falências, que aumentava as garantias ao setor financeiro e diminuía a dos trabalhadores em caso de falência, e também pela implementação do crédito consignado, que permitia a concessão de empréstimos a serem debitados na folha de pagamento. Esta iniciativa partiu da CUT (Central Única dos Trabalhadores) em conjunto com empresas do setor financeiro e logo foi ampliada para pensionistas, aposentados e trabalhadores do setor público. A expansão do crédito contribuiu para a recuperação do consumo e do investimento, o segundo chegando ao patamar de 16% do PIB. A balança comercial continuou favorecendo as contas externas, chegando a um superávit de pouco mais de 33 bilhões de Dólares, quase 9 bilhões a mais que em 2003 e praticamente o dobro de 2002, evitando o déficit em balanço de pagamentos, já que a conta financeira e de capitais se tornou deficitária e a conta de serviços e rendas,

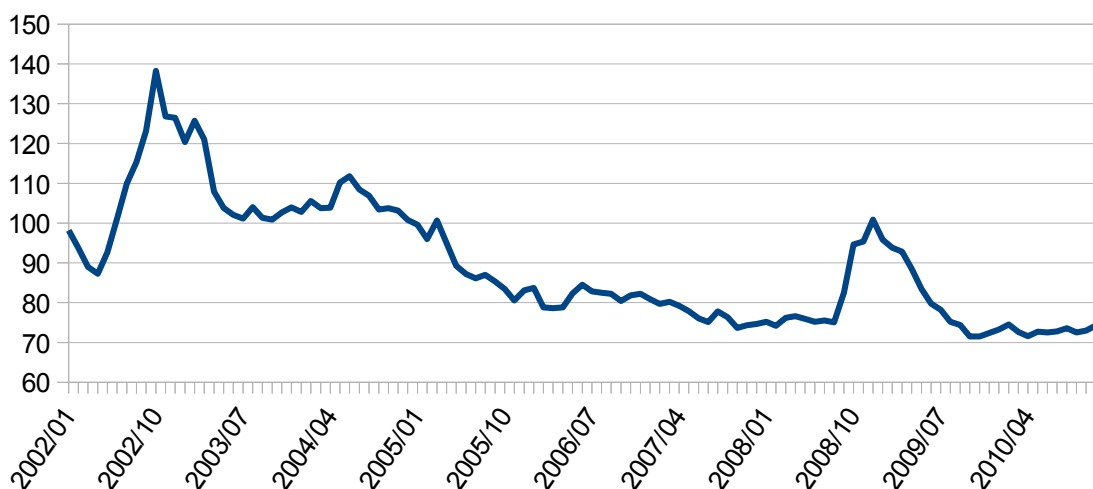
historicamente negativa, teve um déficit de 25 bilhões de Dólares. Este conjunto de fatores permitiu uma aceleração do PIB, chegando a um crescimento de 5,7%, contudo o desemprego não apresentou forte baixa, passou o começo do ano rondando os 12% e regrediu, gradualmente, até se aproximar dos 10,5% no fim do ano.

Porém o ciclo de baixa da taxa de juros durou pouco tempo, já no fim de 2004 a SELIC voltou a subir, e em maio de 2005 se encontrava em torno de 19,75%, e como a taxa de inflação continuou a se retrair os juros reais experimentaram uma grande expansão. Contudo tais juros não foram suficientes para atrair um volume muito grande de capitais, pois a balança de capital e financeira continuou deficitária em 2005, a balança de serviços e rendas atingiu o patamar de aproximadamente 34 bilhões de dólares negativos, o que mais uma vez salvou o Balanço de pagamentos foi a balança comercial, que teve superávit de cerca de 44 bilhões de Dólares, tornando as contas externas brasileiras levemente positivas neste ano. O câmbio, mesmo assim, continuou a valorizar-se, chegando a valores reais próximos aos de 2002, no período anterior à desvalorização, sendo responsável pela baixa inflação, assim como o aperto fiscal que vinha sendo praticado, com resultados primários sempre superiores a 2% do PIB, chegando a 2,7% em 2004 e 2,6% em 2005, conseguidos em parte pela redução do gasto com pessoal no setor público, que era de 4,8% do PIB em 2002 e passou a 4,3% em 2005. É importante perceber que os saldos positivos na balança comercial podem ter sido fruto da desvalorização do real, que, até 2004 se encontrava depreciado, apesar das sucessivas valorizações, se for usado como comparação períodos históricos mais longos, contudo, em 2005 este efeito deixa de atuar devido a grande apreciação do Real no período. Neste então a balança comercial continua favorável pelo aumento do volume exportado devido ao crescimento mundial, que já vinha ocorrendo anteriormente, mas têm importância significativa neste ano. O resultado do conjunto destes fatores em termos de PIB foi a desaceleração do crescimento, que ficou em 3,16%, a inflação ficou em 5,69% e o desemprego teve uma redução para cerca de 9,5% no segundo semestre. É importante destacar que, como afirma Barbosa (2013), a alta do câmbio aumentou o poder de compra das famílias e a capacidade de investimento do setor privado, o que contribuiu para que houvesse resultados

satisfatórios em termos de investimento e consumo, dando impulso ao PIB e evitando desaceleração ainda maior.

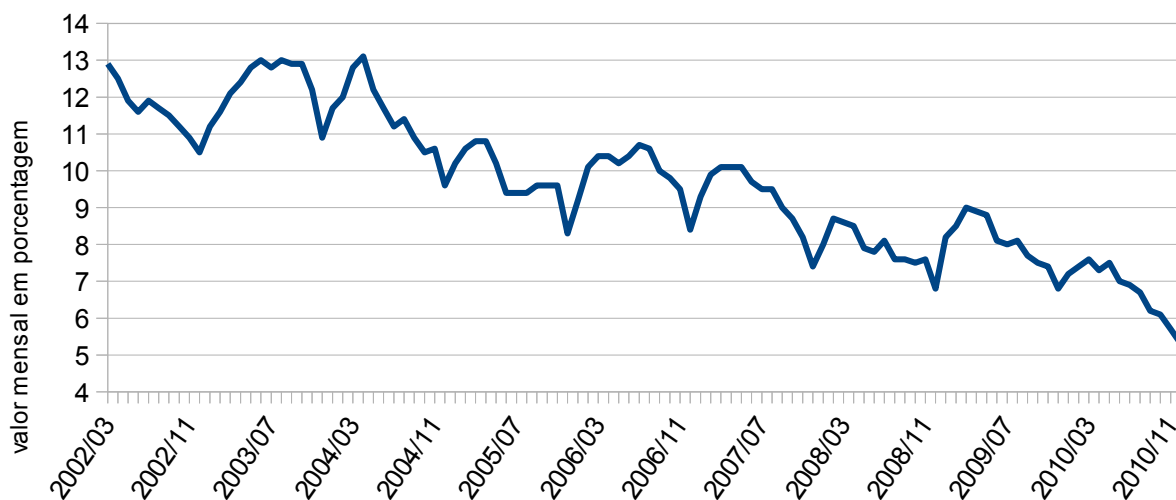
A fim de obter melhor visualização dos dados, serão apresentados alguns gráficos.

Gráfico 1: taxa de câmbio efetiva real, 2005=100



Fonte: Ipeadata/BCB

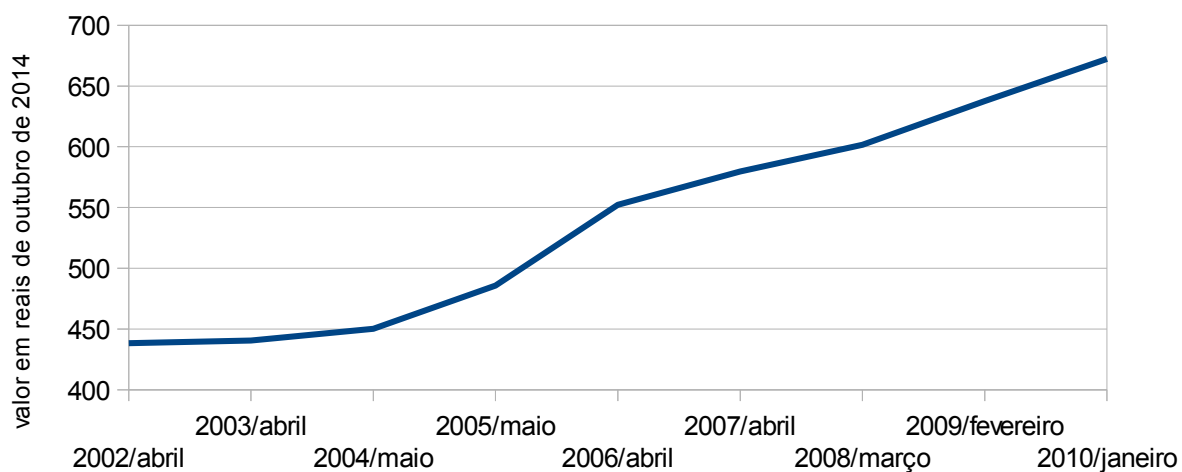
Gráfico 2: Taxa de desemprego em regiões metropolitanas
porcentagem mensal



Fonte: Ipeadata

Gráfico 3: Salário mínimo real no mês de reajuste

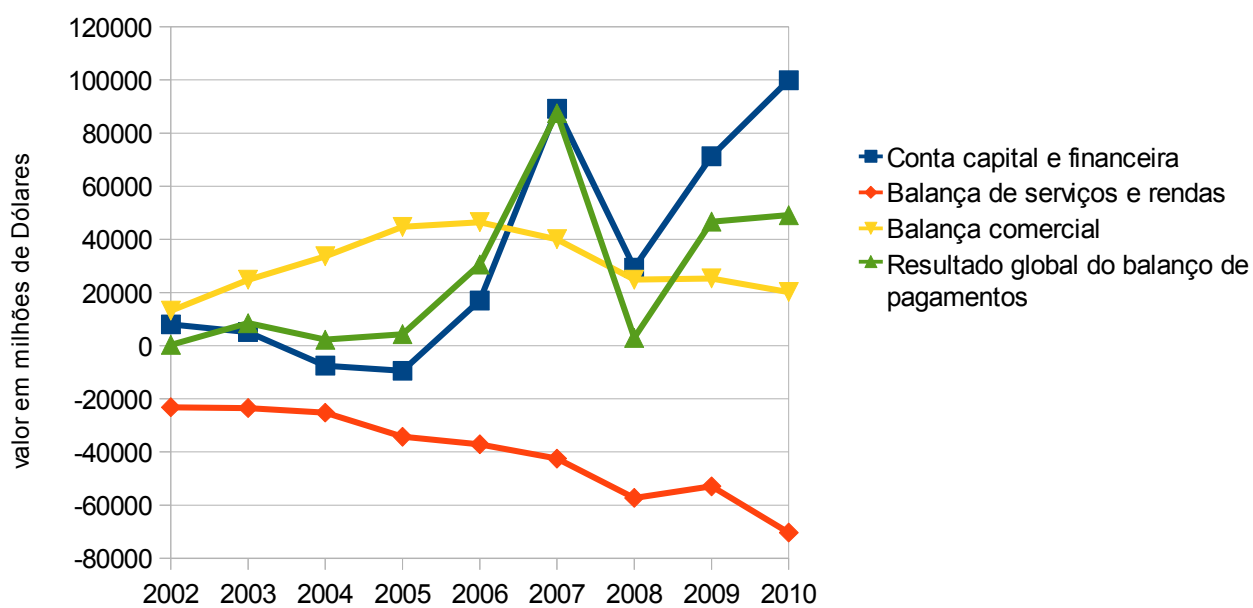
valores em reais constantes de outubro de 2014



Fonte: Ipeadata

Gráfico 4: Balanço de pagamentos brasileiro em milhões de Dólares

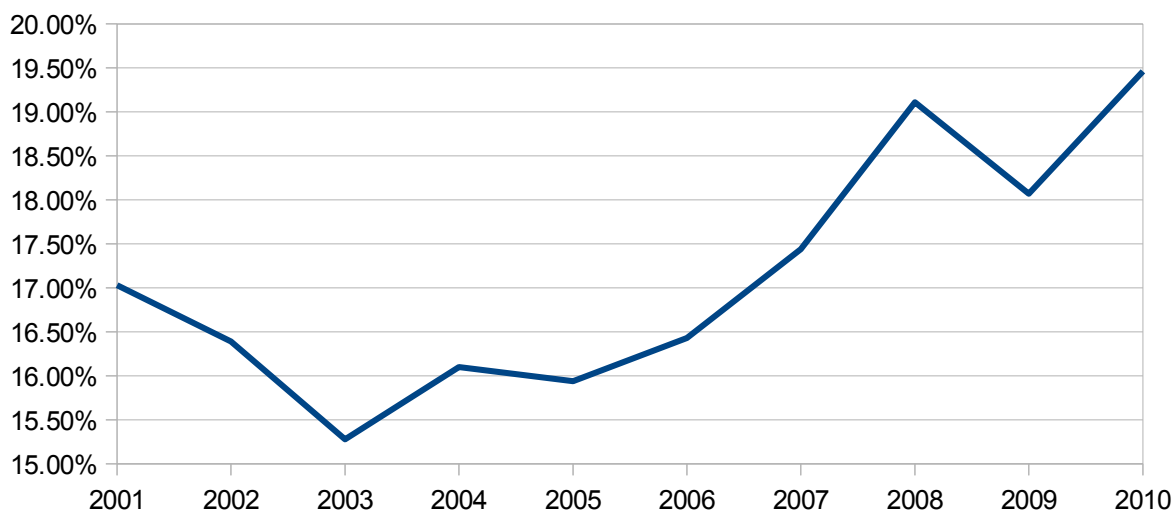
Valores anuais correntes



Fonte: Ipeadata/BCB

Gráfico 5: Formação Bruta de Capital Fixo como porcentagem do PIB

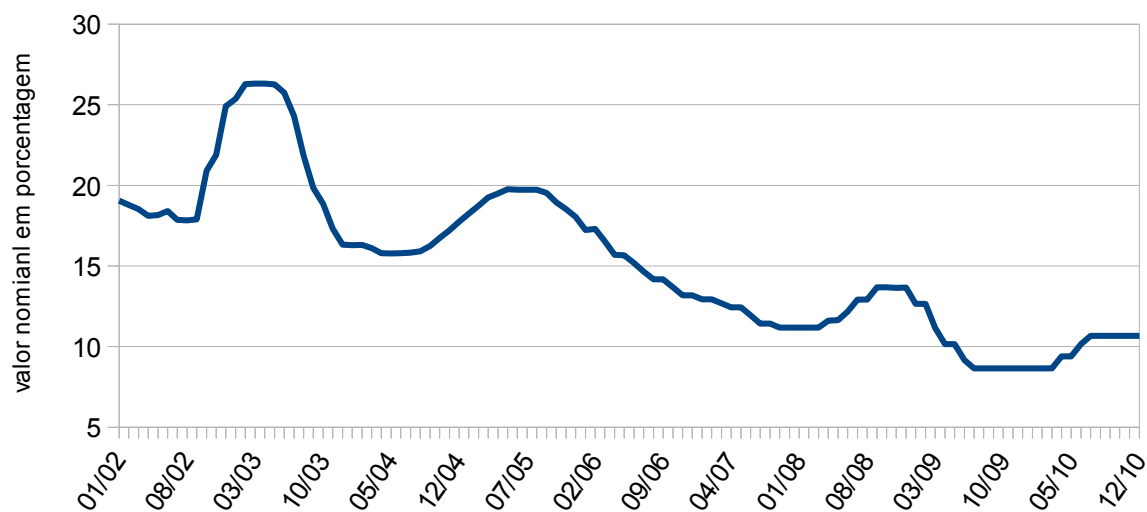
valores anuais a preços correntes



Fonte: Ipeadata/BCB

Gráfico 6: Taxa de juros over/SELIC

Valor nominal do final do período



Fonte: Ipeadata/BCB

A argumentação até aqui apresentada mostra o por que de o primeiro

mandato do governo lula ser tratado como continuidade do período neoliberal. Pode-se perceber que: a taxa de câmbio foi mantida livre, deixando que a tendência a reapreciação imperasse; os superávits primários foram em todos os períodos elevados, e destaca-se o corte de gasto com pessoal; a taxa de juros, na maior parte do tempo, permaneceu em patamares bastante elevados; o controle da inflação sempre ocupou um papel central na determinação das políticas econômicas; a política comercial em nenhum momento pretendeu voltar a um modelo protecionista; os IDE's não foram impedidos ou regulados de maneira drástica, tanto que durante o governo há a recomposição gradual de seu volume; quanto as privatizações, no período mencionado nenhuma grande empresa pública federal foi privatizada, porém os bancos dos Estados do Maranhão e do Ceará o foram e várias rodovias federais entraram em regime de concessão, tampouco aconteceu a estatização de qualquer empresa. Ou seja, pode-se dizer que deixou-se de caminhar a passos largos a um regime cada vez mais neoliberal, porém poucos foram os passos atrás dados neste período.

Todavia, não são todas as atitudes tomadas pelo governo no período 2003-2005 que remetem diretamente ao neoliberalismo. Um primeiro exemplo, e talvez o mais marcante, é a criação do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome, em 2003. Este ministério contava com um orçamento aprovado de aproximadamente 0,75% do PIB já em 2004, ano da criação do “Bolsa Família”, programa social que se tornou marca de seu governo e consiste em um depósito mensal para as mães de família que pertencem as camadas de menor renda. O programa foi regulamentado pela lei numero 10.836, de 9 de janeiro de 2004, e, de acordo com esta, previa o pagamento de um benefício básico de R\$50,00 por família, mais um benefício variável a depender da composição familiar do beneficiário. Já no ano de 2005 o Bolsa Família chegava a 8,6 milhões de famílias e ocupava 0,3% do PIB. Este programa veio substituindo o “Fome Zero”, que, segundo Perry Anderson (2011) foi um completo fracasso devido a má administração. Anderson argumenta também, falando sobre o Bolsa Família, que apesar de o custo econômico do programa ser bastante baixo, seu peso político é muito grande, pois passa a mensagem de que, pela primeira vez, o Estado está se compadecendo com os mais necessitados. É bastante

difícil enquadrar o bolsa família como neoliberal, este é um programa por excelência social-liberal, pois se trata de uma medida focalizada, atuando , de certa maneira em uma “falha de mercado”. Todavia, também pode ser compatibilizado com o pensamento novo-desenvolvimentista, já que este preve a necessidade de mecanismos de distribuição de renda.

Um segundo aspecto a ser levado em conta é o aumento real do salário mínimo, que, apesar de ser praticamente 0% em 2003, em 2004 e 2005 foram de 2% e 7%, respectivamente, em relação ao valor real do reajuste anterior. Mais uma vez uma medida de importância bastante grande, pois, além dos assalariados arregimentados pela CLT, esta regulamentação atinge também uma boa parcela de aposentados e pensionistas, gerando um forte impulso para a demanda agregada. Mais uma vez, é complexo enquadrar esta política ao pensamento neoliberal, que prega principalmente a desregulamentação, de modo a deixar funcionar as forças de mercado, muito mais fácil é perceber tal medida como uma tentativa novo-desenvolvimentista de neutralizar a tendência de subida dos salários sempre abaixo da produtividade nos países subdesenvolvidos, ou, talvez, uma medida social-liberal de regular o mercado de trabalho, caso se compreenda que este possui falhas.

No que se refere à política tributária, o baixo investimento e o corte de gastos com pessoal não foram as únicas ferramentas utilizadas para se conseguir o superavit primário. No ano de 2003 fora aprovada uma minirreforma tributária, cujos destaques foram: a mudança nos regimes de incidência do PIS (Programa de Integração Social) e da Cofins (Contribuição para o financiamento da seguridade social), incluindo novos regimes de tributação; a expansão do PIS e da Cofins para as importações; e a prorrogação da CPMF (Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira) até 2007. Além disto, em maio do mesmo ano, antes da reforma, já havia ocorrido o aumento da alíquota da CSLL (Contribuição Social sobre Lucro Líquido) de 12 para 32% do faturamento para empresas do setor de serviços que optassem pelo regime de lucro presumido e também a alíquota da Cofins para empresas do setor financeiro subiu de 3 para 4% do faturamento. Tais mudanças possibilitaram a elevação da arrecadação tributária, tanto em montante como em proporção do PIB. Como viu-se,

o neoliberalismo não é favorável ao aumento da carga tributária, e em casos de inevitabilidade advoga por tributações amplas, com alíquotas baixas. Não só a carga tributária foi aumentada, como o foi com base em impostos restritos e aumentado-se as alíquotas, logo, não há inspiração neoclássica nisto, além disto, pode-se até interpretar a expansão do PIS e da Cofins às importações como uma medida “protecionista”, ou restritiva do comércio internacional, o que de maneira nenhuma é vista com bons olhos pelos liberais em geral. Contudo, tampouco as outras teorias econômicas aqui analisadas defenderiam uma política nestes moldes, a exceção do social desenvolvimentismo, que como vimos, não estava ainda bem delimitada neste então. Cabe pensar que o pragmatismo e a coalização de classes neste caso, e em muitos outros, pesou mais que a teoria econômica.

Além do mais, segundo Wilson Cano e Maria Lúcia Gonçalves da Silva (2010), o governo já começa a aplicar algum tipo de política industrial no início do primeiro mandato do presidente Lula, porém elas não surtem o devido efeito devido à política macroeconômica ainda contracionista (como descrita acima). Em março de 2004 é lançado o PTICE (Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior), que já vinha sendo discutido há vários meses. Este propunha-se a atuar em três planos distintos: as linhas de ações horizontais, que abarcavam inovação e desenvolvimento tecnológico, inserção externa, modernização industrial, aumento da capacidade produtiva, e ambiente institucional; as opções estratégicas, onde se incluíam os setores de semicondutores, softwares, bens de capital e fármacos; e as atividades portadoras de futuro, onde se enquadravam biotecnologia, nanotecnologia, biomassa e energias renováveis. Os macro-programas eram dois, o “Indústria Forte”, que visava expandir a base industrial brasileira, e o “Inova Brasil”, voltado para aumentar a capacidade de inovação das empresas. Esta deveria ser a base para uma melhor inserção internacional brasileira, desenvolvendo setores em que o Brasil fosse, ou estrategicamente desejasse ser, competitivo mundialmente, desde que estes fossem mais dinâmicos em termos de produtividade e inovação. Até 2005 a PTICE já havia capitaneado várias medidas concretas, como por exemplo a redução para 0% da alíquota do IPI para bens de capital, a já citada expansão da Cofins para bens

importados, a isenção do PIS/PASEP em compra de máquinas por parte de empresas exportadoras, a isenção do PIS/Cofins no setor de microcomputadores em vendas no varejo, implementação de projetos setoriais por parte do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) como o Prosoft e o Profarma, etc. Tais medidas somaram cerca de 5 bilhões de reais em desonerações em 2004 e aproximadamente 13 bilhões em 2005 (destaca-se a cifra de 5 bilhões em desonerações para a cesta básica e incentivo a produção de alimentos). Mas, como a política macroeconômica estava funcionando com base em outra lógica, não atrelada a política industrial, os esforços no sentido industrializante ficaram debilitados, tirando do PTICE os bons frutos que poderia ter dado. Mesmo assim, alguns arcabouços institucionais importantes foram criados, como o CNDI (Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial), um instrumento importante de articulação público privada, e a ABDI (Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial), a aprovação da lei da inovação em 2004 (que incentiva o fomento para a inovação e a pesquisa em ambiente produtivo) e a lei do bem, em 2005 (que de maneira análoga cria a concessão de incentivos fiscais às pessoas jurídicas que realizarem pesquisa e desenvolvimento de inovação tecnológica). Note-se que, como argumenta Moraes e Lima Júnior (2010), a PTICE aparenta representar uma aliança entre governo e grandes corporações, colocando como ator principal as grandes empresas (já que, das desonerações tributárias, que se aproximam dos 18 bilhões entre 2004 e 2005 como citado anteriormente, somente 0,3 bilhão foram para estímulo à micro e pequena empresa, em 2006 esta cifra subiu para 1,35 bilhão, porém o conjunto das desonerações superou os 19 bilhões), como destas muitas são multinacionais o capital transnacional em muito se beneficiou destas medidas, além disto foram os setores de baixo valor agregado que mais obtiveram vantagens destas políticas, já que, mais da metade dos empréstimos do BNDES estavam voltados a tais setores. Quanto ao processo de inovação, evidenciou-se que a maioria das parcerias estava voltada para a adaptação de tecnologias importadas. Dado o alto custo do investimento e a regulação das patentes as multinacionais se colocaram na dianteira deste processo, além do mais, não aparecem nas regulamentações incentivos à criação de tecnologia local, mas muito mais para a difusão de tecnologia já existente. Pensando

na análise feita acima, mais uma vez vê-se que não pode ser o neoliberalismo a inspiração para tais iniciativas, tampouco se enquadraria o social-liberalismo, o novo-desenvolvimentismo porém, neste quesito em particular, aparentemente teria muitos elogios a traçar ao governo, principalmente no que se refere ao apoio as indústrias exportadoras e a difusão do progresso tecnológico.

No campo do desenvolvimento tecnológico também pode-se destacar algumas medidas que fogem ao escopo neoliberal. Por exemplo a criação, em 2003, do Programa Nacional de Microeletrônica, este que culminou na criação, ainda em 2005 do CI-Brasil (Circuitos Integrados - Brasil), que visa a inserção do Brasil no mercado internacional de semicondutores. Uma das primeiras iniciativas da CI-Brasil foi a implementação ou incentivo à implementação de *design houses*, empresas que atuam no desenvolvimento de projetos em circuitos integrados, a maioria sem fins lucrativos ligados a centros de pesquisa. Em 2008 tal programa evoluiu para a criação da Ceitec S.A. (Centro Nacional de Tecnologia Eletrônica Avançada), empresa pública com a finalidade de desenvolver e produzir semicondutores no Brasil (CI-BRASIL, 2014). Mais do que isto, também colabora para o desenvolvimento tecnológico o PNI (Programa Nacional de Incubadoras de Empresas e Parques Tecnológicos), que estimula a implantação de parques tecnológicos e incubadoras de empresas, dando suporte a jovens empresas inovadoras. (REZENDE, 2013)

Tais problematizações a hipótese de que o primeiro mandato do presidente Lula foi em essência neoliberal tem dois principais objetivos. Primeiro, verificar que não foi um governo puramente neoliberal, pois, como dito anteriormente, não é possível, qualquer que seja o período, que o Estado se comporte como um ser suprassocial guiado por uma racionalidade plena embasada em uma teoria econômica, seja ela qual for. Segundo, mostrar que os recortes temporais indicando rupturas abruptas a maioria das vezes dependem de generalizações bastante amplas para fazer sentido, este caso não escapa a regra, se houve ruptura com o neoliberalismo isto não ocorreu da noite para o dia, mas foi fruto de um conjunto de fatores que amadureceram durante certo tempo e se tornaram mais visíveis partir de determinada época.

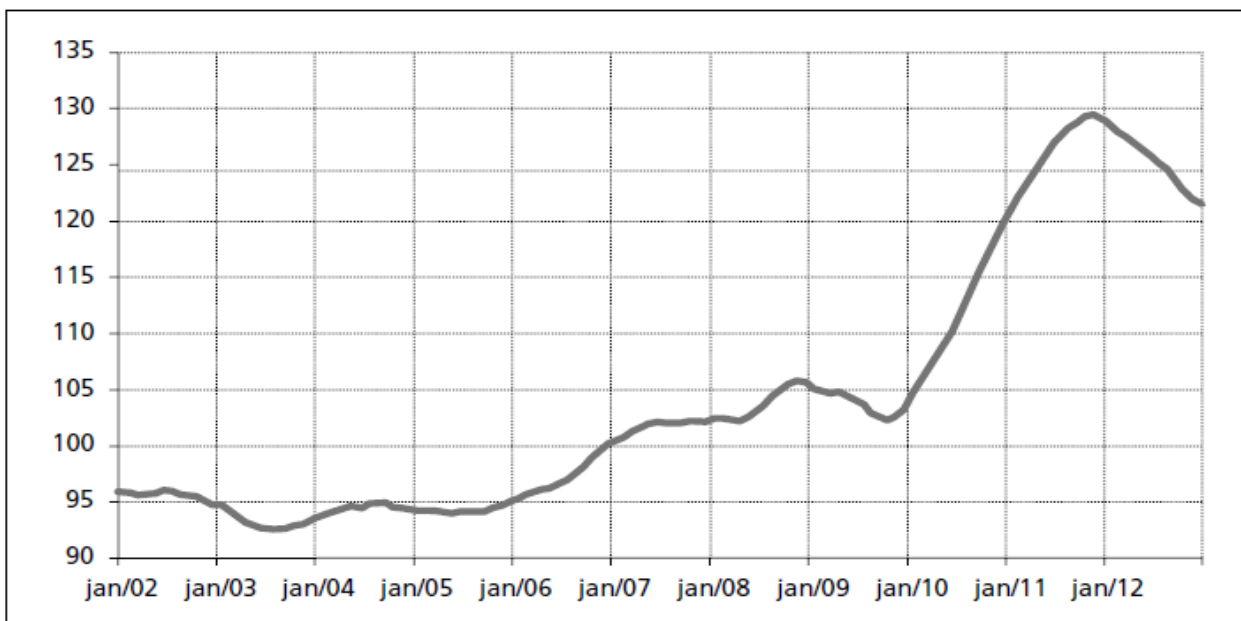
O comportamento da política econômica a partir de 2006 é o que gera

mais debate na literatura, sendo muitas vezes este ano apontado como ponto de virada, isto por que foi a partir daí que os resultados, em termos macroeconômicos, apresentaram melhoras significativas. Um elemento importante para tal argumentação é a saída de Antonio Palocci do posto de Ministro da Fazenda, Anderson (2012) diz que foi ele a mente por trás da carta ao povo brasileiro, documento que inteirava o compromisso do PT com um certo continuísmo, ortodoxo rígido, muito popular com a imprensa financeira, interna e externamente, e também o articulador das negociações escusas com bancos e construtoras durante a campanha. Ainda em Março de 2006, depois de revelações de escândalos de corrupção foi tirado de seu cargo, sendo substituído por Guido Mantega, até então presidente do BNDES. Outro fato importante que dá sustentação a tese de mudança de mentalidade por parte da equipe econômica é o pagamento da dívida junto ao FMI, que ocorreu no fim de 2005, fruto do aumento das reservas internacionais providas dos superávits em balança de pagamentos, não tão elevados, dos anos anteriores.

Em termos macroeconômicos, 2006 foi marcado pelo longo ciclo de baixa das taxas de juros, em novembro de 2005 estas eram de 18,5%, em janeiro de 2007 estavam em 12.9%. Porém este movimento representou uma diminuição não tão grande na taxa de juros real, devido a baixa inflação no ano, 3,14%, a menor de todo o governo, a taxa de câmbio permaneceu em patamares bastante apreciados, por volta dos R\$ 2,15 por Dólar, provavelmente auxiliando a conter a inflação. A conta financeira e de capitais, depois de 2 anos de déficit, voltou a apresentar saldo positivo, cerca de 17 bilhões de dólares, o que ajudou a alavancar o resultado global do balanço de pagamentos para um superávit de aproximadamente 30 bilhões de dólares, a balança comercial no ano apresentou um saldo similar ao de 2005, cerca de 46 bilhões de Dólares positivos (tais dados podem ser visualizados nos gráficos 1, 4 e 6). Tal resultado em balanço de pagamentos não redundou em uma valorização ainda maior do Dólar pela política de acumulação de reservas feita pelo Banco Central, que saltaram este ano de algo em torno de 53 bilhões de Dólares para cerca de 85 bilhões de Dólares. 2006 foi somente o primeiro ano de aumento das reservas internacionais, como mostra o gráfico. Tal resultado do balanço comercial é em parte explicado pelo

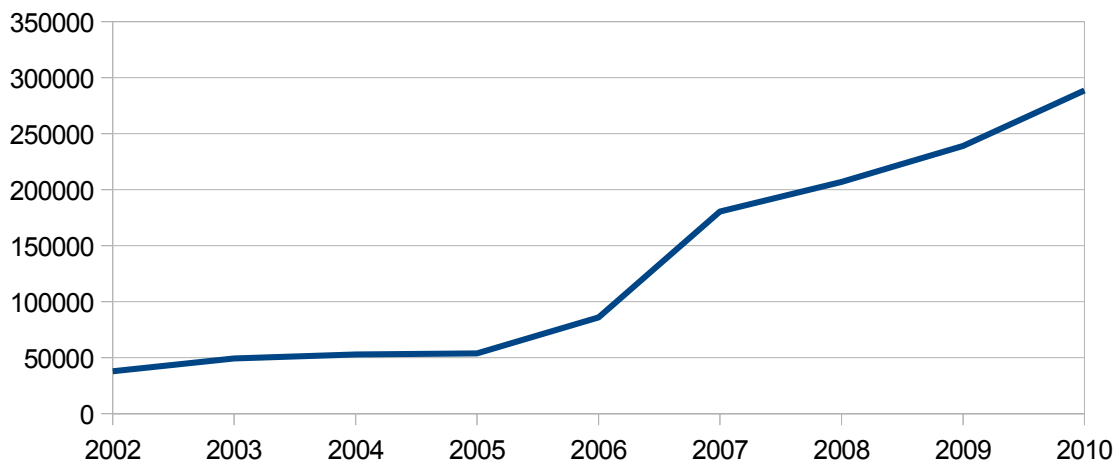
comportamento dos preços internacionais, pois houve uma produção bastante elevada de alimentos neste ano, segurando os preços no mercado interno, no mercado externo porém houve uma leve melhora nos termos de troca, a primeira de uma serie que se estenderia.

Gráfico 7: Índice dos termos de troca, 2006=100



Fonte: BARBOSA (2013)

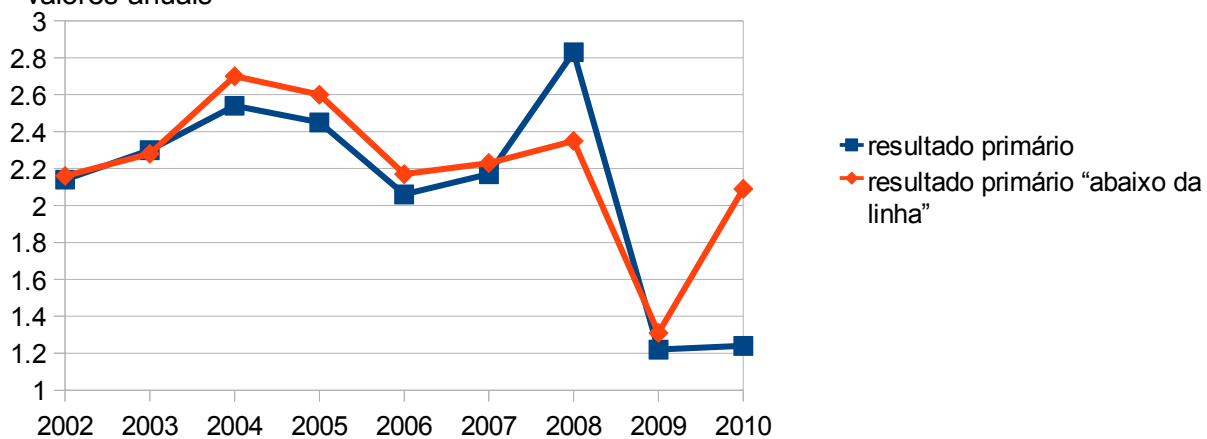
Gráfico 8: Volume de reservas internacionais em milhões de dólares
valores anuais correntes



Fonte: Ipeadata/BCB

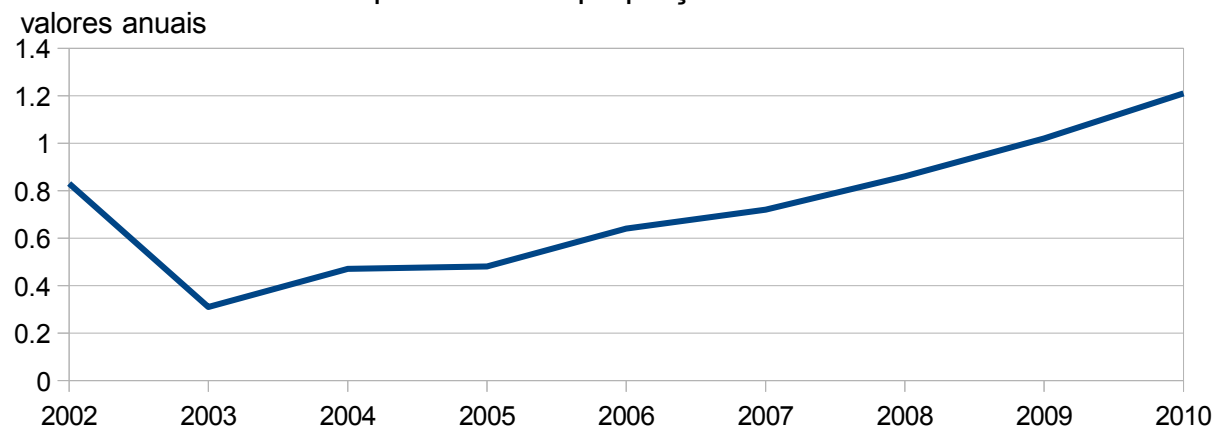
A formação bruta de capital fixo subiu para 16,7% do PIB, em consonância com o investimento público, que, depois de 3 anos em baixa, teve uma pequena recuperação e chegou a casa de 0,67% do PIB, nos anos seguintes esta cifra continuou aumentando. Ainda assim o desemprego em regiões metropolitanas rondou os 10% durante o ano, contudo, o salário mínimo real teve a maior alta de todo o governo, algo em torno de 12% sobre o valor real do último aumento. Além disto o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a Fome passou a dispor de um orçamento aprovado de 0,95% do PIB, e não mais 0,75% como antes. O aumento nos investimentos, bem como a expansão de programas sociais, e também o começo de uma reestruturação na folha de pagamento de funcionários públicos federais levou a que se tivesse o menor resultado primário em termos do PIB até então, 2,17%, todavia isto não interrompeu a queda da dívida líquida do setor público em relação ao PIB, que vinha baixando desde 2004, em parte pela queda dos gastos financeiros (mesmo a acumulação de reservas representando um custo financeiro mais elevado, pois é financiada através de emissão de dívida no mercado interno, a juros maiores que os conseguidos no mercado internacional) e pelo crescimento do PIB, que neste ano foi de 4%.

Gráfico 9: Resultado primário do setor público em porcentagem do PIB
valores anuais



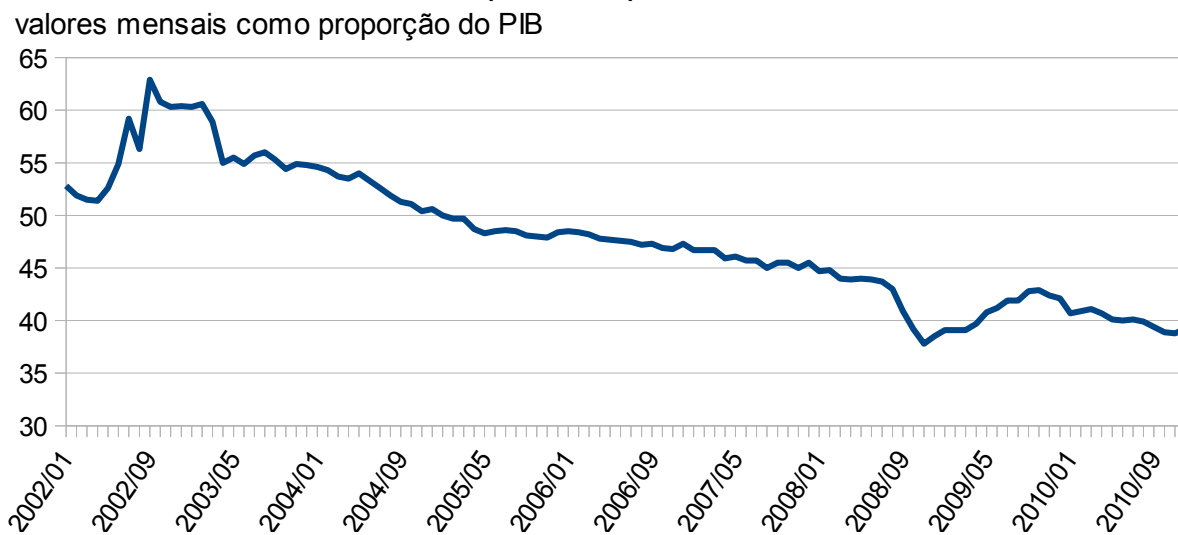
Fonte: BARBOSA (2013)

Gráfico 10: Investimento público como proporção do PIB



Fonte: BARBOSA (2013)

Gráfico 11: Dívida total do setor público líquida



Fonte: Ipeadata/BCB

Nos anos de 2007 e 2008, basicamente as tendências vindas dos anos anteriores se mantiveram ou se aprofundaram. Os termos de troca continuaram favoráveis, o desemprego continuou baixando, rondando os 9,5% em 2007 e os 8% em 2008, inclusive baixando para cerca de 7,5% no fim deste ano, mesmo com a crise internacional, o aumento real do salário mínimo foi de 4,7% em 2007 e 3,6% em 2008, tendo como referência o valor real do salário no mês de reajuste do ano anterior, o investimento do setor público subiu de 0,64% do PIB em 2006 para 0,72% em 2007 e

0,86 em 2008, ajudando a projetar a formação bruta de capital fixo que passou de 16,4% do PIB para 17,4% em 2007 e 19,1% em 2008, a dívida líquida do setor público que no fim de 2006 se encontrava por volta de 46% do PIB em agosto de 2008 estava em 43%, e teve uma forte queda no fim do ano, provavelmente em função da depreciação cambial abrupta causada pela crise internacional, já que o Estado brasileiro neste então tinha acumulado um volume de cerca de 200 bilhões de Dólares em reservas internacionais, 94 bilhões somente em 2007, que ganharam valor em Reais com o aumento do preço da moeda internacional, o grande aumento das reservas em 2007 se deu por conta do enorme superávit na conta financeira e de capitais, cerca de 89 bilhões de Dólares, já que a balança comercial teve um superávit menor que nos anos anteriores, cerca de 40 bilhões de Dólares, e a balança de serviços e rendas continuou seu caminho de aumento de déficits, 42 bilhões de Dólares este ano, também contribuiu para se chegar a tal nível de dívida líquida em proporção ao PIB o crescimento elevado em tais anos, 6,09% em 2007 e 5,17% em 2008. A partir deste ano a balança comercial teve resultados cada vez piores, não em função da diminuição das exportações, mas sim do aumento das importações de manufaturados, mesmo com os termos de troca relativamente favoráveis o movimento de alta do câmbio finalmente se fez sentir.

Exceção à regra foi a taxa de inflação, que começou a subir ainda em 2007, indo para 4,46% e chegando a 5,9% em 2008. Tal movimento surtiu efeito também nas taxas de juros, que chegaram a um mínimo de 11,2%, até março de 2008, e depois começaram novamente um período de altas encerrando o ano em 13,6%. Parte da pressão inflacionária veio do aumento do preço das commodities, contudo, o movimento de alta do câmbio neutralizou parte desta tendência, assim como empurrou para baixo o preço de manufaturados sujeitos à concorrência internacional; também impeliu a inflação para cima o aumento do poder de compra das famílias e a subida dos investimentos, impulsionados pela alta oferta de crédito e as baixas taxas de juros, o setor de serviços em especial, por enfrentar concorrência externa praticamente nula e por ter como principal custo de produção a força de trabalho, respondeu ao aumento da renda e do salário mínimo com aumento dos preços. A atividade econômica elevada

teve um estímulo adicional pelo fim da CPMF ao final do ano de 2007, que a contragosto do PT não foi prorrogada, adicionando cerca de 1,4% do PIB a renda disponível, ameaçando uma explosão na demanda agregada, em parte combatida pelo aumento da alíquota do IOF (0,38% de aumento para operações de crédito de todo tipo de natureza abrangida por este tributo, inclusive operações internacionais de cartão de crédito) e do CSLL para o setor financeiro (de 9% para 15%), porém mesmo assim no início de 2008 se utilizou do aumento dos juros devido ao temor do descontrole da inflação.

O investimento por sua vez ganhou um impulso extra a partir de 2007, ano de lançamento do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento). Este foi um programa que tentou alavancar o investimento público em infraestrutura, em áreas consideradas prioritárias, e também elevar o investimento privado. Em sua primeira versão, o programa previa 504 bilhões de Reais em investimentos, de 2007 a 2010. Além dos investimentos em infraestrutura, principalmente em transportes e energia elétrica, o PAC incluiu uma série de desonerações tributárias, dentre as quais o “simples nacional”, programa de simplificação e redução de impostos para micro e pequenas empresas. A partir de 2008 estas desonerações foram ampliadas após o lançamento da PDP (Programa de Desenvolvimento Produtivo), que abarcava a redução de IPI, concessão de incentivos tributários setoriais (para computadores e semicondutores por exemplo), aceleração da depreciação dos bens de capital, entre outras. Havia a previsão no programa de redução nos encargos incidentes na folha de pagamentos, mas que não se concretizaram. Há de se dar um destaque especial para o papel da Petrobras no programa, pois foi ela uma das principais alavancas do investimento público, com ênfase para os investimentos em tecnologia e equipamentos para a extração de petróleo da camada pré-sal. Além do PAC, o governo incentivou deliberadamente a expansão do crédito, tanto para o consumo quanto para o investimento, tanto de maneira geral como em créditos direcionados: somente para habitação houve um crescimento de 34,5 bilhões de Reais em 2006 para 59,7 bilhões em 2008, antes mesmo do início do programa “minha casa minha vida”, em termos gerais o crédito dobrou de 2005 até 2008 (BARBOSA E SOUSA, 2009)

O PDP (Programa de Desenvolvimento Produtivo) não foi somente uma ferramenta para desonerações. Segundo Wilson Cano e Ana Lúcia Gonçalves da Silva (2010) ele foi um programa de política industrial do segundo governo Lula. O PDP veio como continuidade do PTICE, com maior abrangência e potência, articulado em 3 eixos: o primeiro, “programas para consolidar e expandir a liderança”, voltado para setores que o país já tem uma posição de liderança no cenário internacional, incluindo petróleo e gás, aeronáutico, carnes, papel e celulose, bioetanol, mineração e siderurgia; o segundo, “programas para fortalecer a competitividade”, incluindo setores como bens de capital, automotivo, couro e calçados, madeira e artefatos, etc.; e o terceiro, “programas mobilizadores em áreas estratégicas” envolvendo 6 setores, o complexo industrial da saúde, nanotecnologia, tecnologia da informação e comunicação, energia nuclear, biotecnologia e complexo industrial da defesa. O programa contava ainda com “destaques estratégicos” onde se enquadravam a promoção das exportações, a regionalização, micro e pequenas empresas, produção sustentável, integração com a África, e integração produtiva da América Latina. Observe-se a aparição da necessidade de integração regional entre os países pobres de forma sistematizada. O programa tinha como objetivos o aumento da participação do Brasil no comércio internacional, o aumento da formação bruta de capital fixo em proporção ao PIB e o crescimento da participação do setor privado nos investimentos em inovação. Para tal, a PDP reservou um importante papel para o BNDES, qual deveria investir uma massa de recursos acima de 200 bilhões de reais até 2010 com spreads bancários reduzidos, prazos aumentados, e isentas do IOF. Das medidas tomadas destacam-se a criação de um regime tributário específico para o setor aeronáutico, a redução do custo para apoio a inovação de 4,75 para 4,5 % nos setores de siderurgia, petróleo e gás, bioetanol, celulose e aeronáutico, o programa para sustentação do investimento, garantindo taxas de juros de 4,5% a.a. Para aquisição produção ou exportação de bens de capital. A criação da Ceitec. S.A., empresa pública no setor de microeletrônica, elaboração do projeto de lei para regulamentar compras governamentais no setor de saúde, etc.

Outro programa que buscou uma linha parecida ao PDP foi o Pacti (Plano de Ação em Ciência, Tecnologia e inovação para o Desenvolvimento Nacional)

levando o setor de CTI (Ciência, Tecnologia e Inovação) a avanços consideráveis. Segundo Rezende (2013) o programa iniciou em 2007 e já vinha mostrando bons resultados em 2010, dentre os quais se destacam a melhor articulação entre a esfera federal e estadual, o aumento da colaboração internacional em CTI, o aumento considerável do número de bolsas de estudo e pesquisa ofertados pelo CNPq e CAPES, ampliação dos recursos e modalidades para pesquisa científica e de tecnologia com ampla distribuição geográfica e a implementação da RNP (Rede Nacional de Pesquisa), uma rede de internet de alta velocidade para todas os centros de pesquisa, universidades, institutos federais, etc.

A crise que se vem se desenrolando, de 2008 para cá, mudou o panorama para o Brasil e para o mundo. O fluxo de comércio mundial caiu abruptamente, reduzindo o preço das commodities, também o fluxo de capitais foi revertido para fora do Brasil, a conta financeira e de capitais encerrou o ano de 2008 com superávit de 29 bilhões, cerca de 60 bilhões a menos que no ano anterior, a balança de serviços e rendas atingiu um déficit de 57 bilhões de Dólares. Isto gerou uma forte pressão na taxa de câmbio, que se depreciou fortemente, como mostra o Gráfico 1. Isto, paradoxalmente, gerou problemas a uma parte das grandes empresas nacionais, pois a queda nos preços dos bens de exportação foi compensada pela depreciação no câmbio, porém uma fração expressiva das dívidas das empresas exportadoras neste então eram cotadas em Dólares, já que as taxas de juro domésticas, mesmo passando por um ciclo de baixas em comparação aos níveis adotados até 2005, eram muito elevadas em comparação aos padrões internacionais, o que estimulava as empresas nacionais a praticar a arbitragem de juros, tomando empréstimos no estrangeiro para repasse a juros maiores no mercado interno. O que passou foi que as dívidas externas tiveram seu valor em Reais multiplicados em um curto espaço de tempo devido a perda de valor da nossa moeda nacional. Mais do que isto, muitas empresas exportadoras se aproveitaram de suas receitas em moeda estrangeira para investimentos especulativos apostando na apreciação do real, no então da desvalorização estas empresas beiraram a insolvência.⁹ O investimento

⁹ Vale lembrar que, neste então, a empresa Sadia S.A. teve prejuízos gigantescos, levando a sua junção com a Perdigão S.A., formando o grande conglomerado do ramo de alimentos conhecido hoje

doméstico naturalmente caiu, pois muitos empresários simplesmente cancelaram ou adiaram seus projetos, fechando 2009 em 18% do PIB, também o consumo desacelerou. O resultado disto foi um crescimento levemente negativo em 2009.

Contudo, as medidas que vinham sendo adotadas pelo governo anteriormente à crise continuaram a ser implementadas. Por exemplo, a taxa de juros que pouco antes da crise tinha subido para 13,6% e continuou neste patamar até dezembro de 2008, sofreu fortes baixas no primeiro semestre de 2009, chegando a julho de 2009 em um valor nominal de 8,65%, representando um valor real entre 4 e 5%, já que a inflação em 2009 ficou em 4,31%. A redução na taxa de juros, aliás, só foi tão abrupta por que as pressões inflacionárias cessaram no período, como dito, o preço das commodities baixou, os investimentos caíram e o consumo continuou subindo mas de maneira mais lenta. O salário mínimo real subiu, em fevereiro de 2009, cerca de 5,6% em relação ao valor real no mês do reajuste anterior, além disto o tempo de seguro desemprego foi temporariamente aumentado para os demitidos no fim de 2008 em até 2 parcelas, e no fim do ano o valor das parcelas ficaram quase 10% maiores. O imposto de renda por sua vez ganhou duas alíquotas intermediárias, a de 7,5% e a de 22,5%, de maneira a desonerar a faixa da população que ganhava, em valores correntes entre R\$1434,60 e R\$2150,00, que foi tributada em 7,5% e caso contrário seria em 12,5%, e a faixa da população que recebia de R\$2866,00 até R\$3582,00, onerada em 22,5%, e não em 27,5%. O investimento público ultrapassou a casa de 1% do PIB, 0,03% sendo consumidos pelo programa iniciante “minha casa minha vida”, que ganharia mais destaque a partir de 2011, já com Dilma Rousseff no poder. Em resumo, os gastos do governo não diminuiram mesmo em um contexto de arrecadação menor, o que levou ao menor superávit primário de todo o governo Lula, cerca de 1,3%. Estas ações fiscais motivaram a mudança na forma de cálculo do superávit primário, retirando a Petrobras e abrindo espaço para o investimento desta empresa, além disto, também as metas de superávit para os anos seguintes foram reduzidas.

O Banco Central aliviou as tendências de depreciação cambial vendendo divisas no mercado à vista, abrindo linhas de financiamento de curto prazo

para exportações e também efetuando swaps cambiais, comprando Reais e vendendo Dólares, utilizando para isto suas reservas acumuladas, além disto, no mercado doméstico ocorreu a redução do depósito compulsório, em uma tentativa de reaquecer o mercado bancário nacional. Como forma de recuperar o crédito doméstico os bancos públicos atuaram de maneira expansionista, como tentativa de compensar a restrição de crédito imposta pelos bancos privados em época de incerteza, mais especificamente partindo do BNDES, Caixa Econômica Federal e do Banco do Brasil. Mais uma vez aqui o “minha casa minha vida” assume papel importante, pois além do investimento público, foi aberta uma importante linha de crédito, através da Caixa Econômica Federal, para construção ou aquisição da casa própria, a juros subsidiados, principalmente para a parcela da população com renda de até 3 salários mínimos, e também com a possibilidade do uso do FGTS (Fundo de Garantia do Trabalhador Segurado) para abatimento da dívida. Do lado da oferta de residências, o BNDES abriu linhas de crédito de forma a viabilizar a adoção de técnicas modernas de construção e o setor foi desonerado, na tentativa de reduzir o preço final das casas. Também foram subsidiados os juros para investimento em infraestrutura urbana, para fomentar obras habitacionais de grande porte . As desonerações tiveram papel importante não somente no setor habitacional. As alíquotas do IPI, principalmente para o setor automotivo foram temporariamente reduzidas, os tributos sobre investimentos foram reduzidos, na forma de depreciação acelerada ou na devolução dos tributos indiretos federais sobre bens de capital de forma mais ágil.

Perry Anderson (2011) chama atenção ainda para a agência governamental em um fator não econômico de grande importância. O presidente Lula influenciou diretamente na expectativa dos brasileiros através de seu otimismo, na medida em que o presidente dizia que a crise seria de proporções pequenas no Brasil e que o povo não deveria temer em fazer suas compras, estimulando assim a demanda agregada.¹⁰

É provável que as medidas de estímulo ao investimento, consumo e crédito, além do otimismo causado pelo presidente tenham tido um papel bastante

¹⁰ É importante lembrar que, no auge da crise, o presidente apareceu em horário nobre na televisão brasileira pedindo à população que fosse as compras.

importante para evitar danos ainda maiores à economia brasileira neste período, tanto que, em 2010 o cenário já era de recuperação. A formação bruta de capital fixo vai a casa dos 19,4% do PIB, o desemprego passa o ano em queda, chegando próximo a 5% em dezembro, o salário mínimo real tem um aumento de cerca de 5% já no começo do ano, o câmbio volta a se apreciar em decorrência do retorno de superávits elevados em balanço de pagamentos, puxados pela conta financeira e de capitais, porém não afetando a tendência de baixa da dívida líquida do setor público, mesmo que o superávit primário tenha continuado em níveis baixos, muito provavelmente em decorrência dos menores gastos financeiros pela redução da taxa de juros, e pela acelerada recuperação do PIB, que cresceu 7,5% neste ano. Tal aceleração do crescimento, do investimento e do consumo trouxeram de volta algumas pressões inflacionárias, levando o banco Central a elevar os juros em meados de 2010, chegando a 10,6% em julho. A inflação fechou o ano em 5,9%

Olhando-se agora para a política econômica deste período podemos verificar como se misturam os traços de neoliberalismo, social-liberalismo e novo-desenvolvimentismo. Primeiro, ao falar de taxas de juros, percebe-se uma notável queda olhando-se do período como um todo, o que provavelmente agradaria a novo-desenvolvimentistas, porém em nenhum momento a taxa chegou a juros reais negativos como postula esta teoria, muito pelo contrário, sempre permaneceu em níveis elevados em comparação a padrões internacionais, contribuindo, inclusive, para a contínua apreciação da taxa de câmbio do período, com única exceção o fim de 2008 e começo de 2009, o que é notavelmente neoliberal. Contudo, pode-se identificar na política de acúmulo de reservas uma medida de controle de câmbio e argumentar que, não fosse isto, o câmbio se apreciaria ainda mais, poderia dizer-se também que isto foi crucial para fortalecer o Estado brasileiro, o que é bastante defendido pelos novo-desenvolvimentistas. É importante ressaltar que, mesmo com tendência à baixa da taxa básica de juros, o governo não exitou em utilizar um aumento nos juros quando a inflação ameaçou aumentar, o que é um mecanismo bastante neoliberal. O aumento dos investimentos públicos provavelmente não seriam reprovados por nenhuma escola, ainda mais por terem sido em infraestrutura e educação principalmente, igualmente

para o PAC, porém o aumento do papel dos bancos públicos talvez não fosse tão bem visto pelos neoliberais, tampouco o papel ativo da Petrobras sob comando do Estado. O programa “minha casa minha vida” parece bastante social-liberal, atuando em uma falha no mercado imobiliário, de maneira focalizada, auxiliando para a distribuição de renda através da retirada dos mais pobres do aluguel. Também o “Bolsa Família”, bastante ativo durante todo o segundo governo, pode ser interpretado de maneira similar, buscando uma maior distribuição de renda, já que o mercado por si é concentrador, de modo que novo-desenvolvimentistas e social-liberais veriam isto com bons olhos, assim como seriam favoráveis às medidas de manutenção do nível de emprego adotadas durante todo o período. O que com certeza não foi neoliberal foi a política externa do governo Lula, que, sob o comando de Celso Amorim, segundo Perry Anderson (2011), mesmo sem entrar em conflito com o norte, deu prioridade a integração regional, e liderou o grupo dos países pobre na resistência a maior imposição dos acordos de livre comércio vindas da Europa e Estados Unidos.

É preciso ainda destacar o papel da política industrial do segundo governo Lula, sistematizada de forma mais explícita no PDP (Programa de Desenvolvimento Produtivo). Este eixo de política seja talvez o mais novo-desenvolvimentista de todos, pois tem em sua essência a ideia de que é necessária uma industrialização, e que os setores em que se especializa uma economia fazem sim diferença. Contudo, observe-se que, mesmo assim, é muito difícil tal conjunto de políticas surtirem efeito sem uma maior coordenação e um projeto nacional de desenvolvimento. Ainda assim, somente o fato de existir um PDP, e também um PAC, mesmo que estes programas sejam incompletos, imperfeitos e inconclusos, já representa um passo para longe do neoliberalismo.

Tal conjunto de políticas aqui descritas, tão disléxicas, as vezes contraditórias, acabou por ganhar corpo e motivar a aparição de uma nova ideologia, autodenominada social-desenvolvimentismo. Esta que, como descrito no capítulo anterior, dá uma ênfase maior na distribuição de renda, por conta não só da justiça social, mas também por acreditar que o crescimento do mercado interno é de vital importância para o desenvolvimento, sendo para isto também importante o acesso

popular ao crédito.

Vale destacar que as políticas de combate a pobreza não foram sem resultado. Como mostra Jorge Mattoso (2013) o coeficiente de Gini caiu de 0,589 para 0,527 entre 2002 e 2011, o que é bastante expressivo, a porcentagem de pessoas na classe “e” caiu de 26,7% para 12,8% em 10 anos, e a classe média passou os 52% da população. Todavia, é preciso levar em conta que a tão falada classe média era, neste então, composta por famílias com renda per capita entre R\$291,00 e R\$1019,00, o que é um nível de renda extremamente baixo. Além do mais, apesar dos altos índices de empregabilidade conseguido, ainda existe uma massa gigantesca de trabalhadores atuando na informalidade, onde os rendimentos são menores, a carga de trabalho maior e a produtividade baixíssima. Mesmo dentre os trabalhadores formais, como mostra Marcio Pochmann (2013) os empregos que se têm criado são nas faixas salariais mais baixas, ou seja, menos de 1,5 salários mínimos, tendo-se uma diminuição no número relativo de postos de trabalho com remuneração maior que esta faixa. O que se quer dizer com isto é que sim, é verdade que a pobreza e a desigualdade diminuíram, porém existe um longo caminho a ser traçado pela frente, e que exigira muito mais que a focalização social-liberal, até por que, como mostra Reinaldo Gonçalves (2010), se colocado em perspectiva histórica, o governo Lula atinge desempenhos bastante baixos, apesar de se encontrar sempre a frente dos governos mais puramente neoliberais.

Deste modo, percebe-se que o governo federal se distanciou do neoliberalismo, porém não de maneira completa, como pode-se notar, muitos traços desta ideologia ainda permeiam a política, em virtude, inclusive, do fato de mesmo as correntes teóricas que se postulam como alternativas conterem em si raízes neoliberais. Tal afastamento tem sim muito a ver com a melhora das restrições externas, que permitiu que o governo tomasse algumas decisões mais “progressistas”, contudo, se não fosse a vontade política isto de nada serviria, inclusive uma melhora das condições externas poderia dar mais fôlego a um projeto neoliberal. Tampouco pode-se dizer que o governo foi novo-desenvolvimentista, como prega a teoria, por que não se teve uma política de câmbio desvalorizado, que está no centro do novo-desenvolvimentismo.

Pode-se dizer sim que o que houve foi uma miscelânea entre neoliberalismo, social-liberalismo, novo-desenvolvimentismo, e até mesmo pitadas de um “velho-desenvolvimentismo” e de uma “velha social-democracia”, que acabou por conformar o que veio a ser uma visão social-desenvolvimentista. Todavia isto não surpreende, pois é bastante comum que um conjunto de pressões diversas gere resultados ambíguos, isso não anula o fato de que passamos por um período em que o novo-desenvolvimentismo ganhou força no Brasil, pois em um contexto de pressões externas e de boa parte da elite pela adoção ainda do neoliberalismo ou de um social-liberalismo o novo-desenvolvimentismo conseguiu abrir espaço para que parte das ações do governo se aproximassem de seus interesses.

CONCLUSÕES

Após a realização do estudo, mais do que identificar qual a vertente teórico-ideológica que escorou as atitudes políticas do governo Lula, percebeu-se qual é a origem do debate. O que ocorre é que, na verdade, a grande semelhança entre as políticas recomendadas pelas vertentes que se postulam como alternativas, em conjunto com a ambiguidade das políticas aplicadas, permite que se interprete o período estudado de várias formas, entendendo-o como fruto de várias correntes distintas.

Deste modo, percebe-se que, em realidade, as políticas econômicas do governo sofrem influência das várias ideologias estudadas, como é de se esperar, pois o Estado é permeado por relações sociais, de modo que as diferentes visões de mundo e os distintos interesses, pessoais ou de classe, que sempre estão presentes no interior do Estado, acabam por influenciar no comportamento em termos de políticas. Assim sendo, o governo Lula apresenta traços de neoliberalismo, social-liberalismo, novo-desenvolvimentismo e até mesmo pitadas de “velho-desenvolvimentismo” e “velha social-democracia”.

Este corpo, um tanto disléxico de políticas, acabou por influenciar uma nova corrente de pensamento, o social-desenvolvimentismo. Esta ideologia, apesar de guardar semelhanças com o novo-desenvolvimentismo, absorve muitos elementos presentes na política econômica do governo e começa a teorizar sobre isto. O caso que mais expressa isto é referente a políticas sociais, que são fundamentais para a teoria social-desenvolvimentista. Segundo esta visão, seria possível até mesmo sacrificar certo crescimento econômico, que também é importantíssimo, em prol da distribuição da renda. O motivo para isto é que, de acordo com os social-desenvolvimentistas o crescimento do mercado interno têm papel central no desenvolvimento, justificando as políticas de cunho redistributivo por estas gerarem círculos virtuosos de emprego e renda.

Assim, percebe-se que há um afastamento do governo para com as

políticas econômicas neoliberais, porém, não é um afastamento completo. Deve-se ter em mente que nem mesmo as correntes ideológicas que se colocam como alternativa ao neoliberalismo se distanciam completamente dele. Todas as vertentes aqui estudadas, como demonstrado, têm várias semelhanças que remetem à raiz neoliberal. Este centrismo da política, acaba por ocupar o cenário da política nacional, tomando espaço de uma possível vertente disposta a radicalizar a esquerda o argumento desenvolvimentista. Desta forma, é necessário romper com tal centrismo, buscando-se uma alternativa real ao neoliberalismo, pois considera-se que muito dificilmente se conseguirá aprofundar os avanços no campo social sem romper com a focalização social-liberal ou com o tripé macroeconômico neoliberal, que em nenhum momento dos oito anos analisados deixou de ser vigente.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGENCIA BRASIL, **Brasil entrou no novo ciclo econômico do social-desenvolvimentismo, avalia Mantega**, Brasília, 2007. disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/economia/ultnot/valor/2007/09/06/ult1913u75518.jhtm>> acessado em 16/10/2014

ANDERSON, Perry. O Brasil de Lula. **London Review of Books**, Londres – ING. v.33 n. 7. 31/03/2011.

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir & GENTILI, Pablo (orgs.) **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, pp. 09-23.

BANCO MUNDIAL. **Global Economic Prospects 1998/99 and the development countries**, Washington, Banco Mundial. 1999.

BANCO MUNDIAL. **World Bank data** [internet], Banco Mundial, 2014. disponível em: <<http://data.worldbank.org/>> acessado em: 18/09/2014.

BARBOSA, Nelson. e SOUZA, José Antonio P. (2009). A Inflexão do Governo Lula: Política Econômica, Crescimento e Distribuição de Renda, in: E. Sader e M. A. Garcia (orgs.) **Brasil: entre o Passado e o Futuro**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo e Editora Boitempo. 2010. Também disponível em: <<http://nodocuments.files.wordpress.com/2010/03/barbosa-nelson-souza-jose-antonio-pereira-de-a-inflexao-do-governo-lula-politica-economica-crescimento-e-distribuicao-de-renda.pdf>> Acessado em: 12/2/2011.

BARBOSA, Nelson. Dez anos de política econômica. In **10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma**, São Paulo – SP: Boitempo editorial, Rio de Janeiro – RJ: FLACSO Brasil, 2013. p 69-102.

BIANCARELLI, André M. Por uma agenda social-desenvolvimentista para o Brasil. In **FPA discute desenvolvimento**, Fundação Perseu Abramo, 2013 p. 49-66.

BOITO JR., Armando. **As bases políticas de neodesenvolvimentismo**. Fórum Econômico FGV/São Paulo. São Paulo, 2012.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. Estratégia de desenvolvimento e as três frentes de expansão no brasil: um desenho conceitual, in: **FPA discute desenvolvimento**, Fundação Perseu Abramo, 2013. p. 37-48.

BRESSER-PEREIRA , Luiz Carlos. **O novo desenvolvimentismo**. Folha de São Paulo, São Paulo, 17 de set. De 2004. disponível em: <<http://www.bresserpereira.org.br/articles/2004/412.NovoDesenvolvimentismo.pdf>> acessado em:12/05/2014.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. e GALA, Paulo. Macroeconomia estruturalista do desenvolvimento. **Revista Brasileira de Economia Política**, Rio de Janeiro – RJ, n. 3 v. 31 pg. 493 – 502. Julho – Setembro de 2011.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. A taxa de câmbio no centro da teoria do desenvolvimento. **Estudos Avançados**, São Paulo – SP, n. 26 v. 75. maio de 2012-a.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Mercado interno para quem?** Folha de S.Paulo, São Paulo, 29 mai. 2012-b.

BRIEGER, Pedro. De la década perdida a la década del mito neoliberal. **La globalización económica financiera y su impacto en América Latina**. 1ª de. Ciudad autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2002. p. 341-355.

CANO, Wilson. E DA SILVA, Ana Lucia G. A política industrial do governo Lula. In: **Os anos Lula: contribuições para um balanço crítico 2003-2010**. Rio Comprido - RJ: Garamond, 2010. pp. 181-208.

CARNEIRO, Ricardo de M. Velhos e novos desenvolvimentismos, in: **FPA discute desenvolvimento**. Fundação Perseu Abramo, 2013, p. 7 – 24.

CASTELO, Rodrigo. O canto da sereia: Social liberalismo, novo desenvolvimentismo e supremacia burguesa no capitalismo dependente brasileiro, **Em pauta**, Rio de Janeiro – RJ, n. 31, v. 11, pg. 119 – 138, 1º semestre de 2013.

CASTELO, Rodrigo. **O social-liberalismo: a ideologia neoliberal para a “questão social” no século XXI**. 2011, 378 pg. Tese – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro – RJ, 2011.

CHESNAIS, François. A “nova economia”: uma conjuntura própria à potência econômica estadunidense. In: **Uma nova fase do capitalismo?** 1ª ed. São Paulo: Xamã, 2003. p. 43-70p

CHESNAIS, François. **A fisionomia das crises no regime de acumulação sob dominância financeira**. *Novos estudos*, nº52, p. 21-53. novembro de 1998.

CI-BRASIL. **O programa CI-Brasil**, disponível em: <<http://www.ci-brasil.gov.br/index.php/pt/o-ci-brasil>> acessado em: 17/11/2014.

COSTA JUNIOR, Fernando. J. A. **Novo-Desenvolvimentismo, Governo Lula E O Programa De Aceleração Do Crescimento: Uma Análise Crítica.** 2012, 205 pg. Dissertação – Universidade Federal do Ceara, Fortaleza – CE, 2012

DA COSTA, Fernando N. **Desenvolvimento do desenvolvimentismo: do socialismo utópico ao social-desenvolvimentismo.** Texto para Discussão, IE/Unicamp, Campinas – SP, n. 205, mai. 2012 - a.

DA COSTA, Fernando N. **Social-desenvolvimentismo.** 2012 - b. disponível em: <<https://fernandonogueiracosta.wordpress.com/2012/04/02/social-desenvolvimentismo/>> acessado em: 05/09/2014

DA COSTA, Fernando N. **Social-Desenvolvimentismo e Novo-Desenvolvimentismo: Convergências e Divergências.** 2013 disponível em: <<https://fernandonogueiracosta.wordpress.com/2013/07/01/social-desenvolvimentismo-e-novo-desenvolvimentismo-convergencias-e-divergencias/#more-26587>> acessado em: 05/09/2014

DÚMENIL, Gerard e LÉVY, Dominique. Superação da crise, ameaças de crise e novo capitalismo. In: **Uma nova faze do capitalismo?** 1ª ed. São Paulo: Xamã, 2003. p. 15-41.

DÚMENIL, Gerard e LÉVY, Dominique. **Una teoría marxista del neoliberalismo.** 2006, Disponível em: <<http://www.rebelion.org/docs/114472.pdf>>. Acessado em 23/05/2014.

DÚMENIL, Gerard e LÉVY, Dominique. O neoliberalismo sob a hegemonia norte-americana. In: **A finança mundializada: raízes sociais e políticas, configuração, consequências.** 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2005. p. 85-108.

FELDMANN, Daniel. Construção retomada? 2013. disponível em <<http://pt.scribd.com/doc/158571298/artigo-construcaoretomada>> acessado em: 10/10/2014.

FILGUEIRAS. Luiz; PINHEIRO, Bruno; PHILIGRET, Celeste; BALANCO, Paulo. Modelo liberal periférico e bloco de poder: política e dinâmica macroeconômica nos governos Lula. In: **Os anos Lula: contribuições para um balanço crítico 2003-2010.** Rio Comprido - RJ: Garamond, 2010. pp. 35-69

FONSECA, Paulo. C. D. et. al, **O Brasil na era Lula: Retorno ao desenvolvimentismo?** World economy meeting XXII, Santiago de Compostela – Chile, 2012.

GENTILI, Pablo. E OLIVEIRA, Dalila A. A procura da igualdade: dez anos de política educacional no Brasil. In **10 anos de governos pós-neoliberais no**

Brasil: Lula e Dilma, São Paulo – SP: Boitempo editorial, Rio de Janeiro – RJ: FLACSO Brasil, 2013. p 253-264.

GIDDENS, Anthony. **A terceira via e seus críticos**. Rio de Janeiro: Record. 2001.

GONÇALVEZ, Reinaldo. Governo Lula e o Nacional-desenvolvimentismo às Avessas. **Revista Soc. Bras. Economia Política**, São Paulo, nº 31, p. 5-30, fevereiro 2012

GONÇALVES, Reinaldo. Desempenho macroeconômico em perspectiva histórica: governo lula (2003-10). In: **Os anos Lula: contribuições para um balanço crítico 2003-2010**. Rio Comprido - RJ: Garamond, 2010. pp. 161-180.

IPEA. Ipeadata [internet] **Macroeconômico**, IPEA, 2014. disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br/>> acessado em: 15/10/2014.

LIMA, Marcos Costa. **Região e desenvolvimento no capitalismo contemporâneo**: Uma interpretação crítica. 1ª ed. São Paulo: UNESP, 2011, 350 p.

MARTÍNEZ, Eugenio E. Crisis económica y cambios políticos y sociales en América Latina. In: **La crisis capitalista mundial y América Latina**. 1ª ed. Ciudad autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2012. p. 123 – 141.

MATTEI, Lauro. Gênese e agenda do novo-desenvolvimentismo brasileiro. IV Encontro Internacional da Associação Keynesiana Brasileira (AKB). 2011. também disponível em: <<http://www.ppge.ufrgs.br/akb/encontros/2011/10.pdf>>

MATTOSO, Jorge. Dez anos depois. In **10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma**, São Paulo – SP: Boitempo editorial, Rio de Janeiro – RJ: FLACSO Brasil, 2013. p 111-122.

MORAIS, José M. L. E LIMA JR, Francisco de O. Política industrial do governo Lula: desenvolvimentista ou corretiva de falhas de mercado. In: **ENCONTRO REGIONAL DE ECONOMIA**, 15, 2010, Fortaleza. Anais... Fortaleza: ANPEC-NORDESTE, p. 1-20.

MORAIS, Lecio e SAAD-FILHO Alfredo. Da economia política à política econômica: o novo-desenvolvimentismo e o governo Lula. **Revista de economia política**. vol. 31, nº 4 (124), pp. 507-527, outubro-dezembro/2011

MOVIMENTO LIBERAL SOCIAL, **O que é o movimento liberal-social**, disponível em: <<http://www.liberal-social.org/principios>> acessado em 14/10/2014.

POCHMANN, Márcio. Políticas públicas e situação social na primeira

década do século XXI. In **10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma**, São Paulo – SP: Boitempo editorial, Rio de Janeiro – RJ: FLACSO Brasil, 2013. p 145-156.

RAMPINELLI, Waldir José. A globalização e as privatizações. In: **A trama da privatização: a reestruturação neoliberal do Estado**. 1ª ed. Florianópolis: Insular, 2001. p. 13-27.

REZENDE, Sérgio M. Uma década de avanço em ciência, tecnologia e inovação no Brasil. In **10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma**, São Paulo – SP: Boitempo editorial, Rio de Janeiro – RJ: FLACSO Brasil, 2013. p 265-284.

SICSÚ, João. Et al. Por que novo-desenvolvimentismo? **Revista Brasileira de Economia Política**, Rio de Janeiro – RJ, n. 4 v. 27 pg. 507 – 524. outubro – dezembro de 2007-a.

SICSÚ, João. **Após 4 anos, governo tenta mudar o rumo**. Carta maior, Fev 2007-b, disponível em: <http://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Economia/Apos-4-anos-governo-tenta-mudar-o-rumo/7/12590> acessado em: 24/10/2014.

STIGLITZ, Joseph. **Globalização: como dar certo**. São Paulo: Cia. das Letras. 2007.

TAVARES, Maria da C. Globalização e Estado nacional. In: **La globalización económica financiera y su impacto en América Latina**. 1ª de. Cidade autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2002. p. 23-35.

TOURAINÉ, Alain. **Como sair do liberalismo?** Bauru: Edusc.1999

WALLERSTEIN, Immanuel. Mundialização ou era de transição? Uma visão de longo prazo da trajetória do sistema mundo. In: **Uma nova fase do capitalismo?** 1ª ed. São Paulo: Xamã, 2003. p. 71-92.

WILLIAMSON, John. “What Washington means by policy reform?”. In: **Latin American Adjustment: How Much Has Happened?** Washington: Institute for International Economics, 1990. Disponível em: <http://www.iie.com/publications/papers/paper.cfm?ResearchID=486>. Tradução livre para fins didáticos de Hugo Corrêa. Acessado em: 15/08/2014